

Diretrizes para Programa de Governo  
da candidatura de Fabio Feldmann  
para o Estado de São Paulo



que nós queremos para São Paulo.

**FF**   
**FABIO FELDMANN**

O que nós queremos para São Paulo.

Economia **1** *de baixa intensidade de carbono*

Economia **2** *criativa*

Economia **3** *da biodiversidade*

Nova geração **4** *de programas sociais*



**FF**   
**FABIO FELDMANN**

## ▶ DIRETRIZES GERAIS

1

O Estado de São Paulo é responsável por quase 30% do PIB nacional e um dos três estados com maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

### A importância de São Paulo para o país

Nos últimos 21 anos o Brasil consolidou seu sistema democrático de governo e se transformou na principal economia da América Latina. O Estado de São Paulo foi o centro dinâmico desse processo. Aqui surgiram e atuaram as lideranças que mudaram a face do país nesse período e é aqui que encontramos os recursos sociais, políticos e econômicos que são necessários para produzir as inovações que o país precisa para encontrar seu caminho no século XXI.

### Mudanças necessárias em São Paulo

O Estado mais rico do país precisa de um governo que seja capaz de conciliar o crescimento econômico sustentável e a inclusão econômica e social dos setores mais pobres da população. Mesmo sendo responsável por quase 30% do PIB nacional e por estar entre os três Estados com os maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, o Estado de São Paulo possui enormes disparidades, fruto da má distribuição de riquezas, do acesso desigual aos serviços públicos e aos bens de uso comum – em especial o meio ambiente. Não é razoável imaginar que o Estado que tem a maior frota de aviões agrícolas, de jatos e helicópteros particulares do mundo, em que 80 mil pessoas têm uma segunda residência na Europa ou nos Estados Unidos, tenha um dos piores sistemas de educação do mundo se levarmos em conta os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA).

**São Paulo precisa de uma liderança política inovadora que seja capaz de promover uma agenda pautada no desenvolvimento sustentável, em harmonia com os interesses e com a diversidade da sociedade.** O plano de governo que apresentamos a seguir visa garantir as condições para o desenvolvimento sustentável, que seja capaz de melhorar a qualidade de vida das famílias e gerar mais riquezas para o Estado, com base na absorção de novas tecnologias de baixa emissão de carbono e alto valor agregado. Esta é a principal meta de nosso governo.



## Nova economia e educação

O vetor dessas mudanças é a nova economia. Não é prudente apostar em atividades tradicionais e que estão em decadência. No governo, estaremos empenhados em apoiar as atividades econômicas, não mais ancoradas na exportação de *commodities* e na exploração de fontes poluentes de energia, mas nos ativos de maior valor na economia global que são o conhecimento e a inovação.

A educação é uma peça-chave deste processo, pois somente com pessoas mais escolarizadas e capacitadas será possível criar soluções que hoje são necessárias para promover as cadeias produtivas dos negócios sustentáveis. Não dá para olhar para frente com ideias do passado, nas quais a inovação era reservada a uma elite que tomava a dianteira nos laboratórios e nas universidades. A economia do século XXI coloca à disposição da sociedade novas ferramentas que expandem as fronteiras do conhecimento e de seu uso. **Bens e serviços criativos, inovadores e sustentáveis poderão projetar a economia brasileira e paulista mundialmente, e o nosso governo tem um programa a altura desse desafio.**

## Economia verde e criativa

Após a crise financeira de 2008, o mundo se deparou com novos desafios para formulação e implementação de políticas públicas. As soluções para esses problemas são as chamadas “**economia criativa**” e a “**economia verde**”, capazes de gerar milhões de empregos e aumentar a riqueza de nossa economia.

**A solução para enfrentar estes novos desafios depende do exercício de um governo mais eficiente**, mais responsável, e que seja capaz de integrar e mobilizar as forças criativas e o empreendedorismo de seus cidadãos, sem comprometer seus recursos naturais, no sentido de otimizar o uso dos recursos disponíveis do governo (econômicos, tecnológicos e materiais) e, assim, gerar mais benefícios à sociedade.

## PV: por uma política compatível com o século XXI

Nos últimos 16 anos assistimos, a cada eleição, um embate eleitoral entre os dois maiores partidos brasileiros, o PT e o PSDB. Essa disputa está cada vez mais vazia de conteúdo e de propostas. Os dois partidos que dominam a política brasileira oferecem apenas versões um pouco diferentes das mesmas ideias. Perderam a alma da política que é a transformação. Seus projetos são meramente eleitorais. Esses partidos tradicionais são incapazes de debater o que está a nossa frente, de falar seriamente so-

---

bre as escolhas que temos a oportunidade de fazer nessas eleições. Disputam imagens de um otimismo fácil e alimentam seus desejos de poder com uma visão de curto prazo que está ceifando o potencial de desenvolvimento do país e do Estado de São Paulo.

Os partidos que dominam a cena política no Brasil e em São Paulo estão aquém da compreensão ampla e integrada, necessária para encarar os desafios do século XXI. Por essa razão o Partido Verde apresenta a candidatura de Fabio Feldmann ao Governo de São Paulo. Juntos com Marina Silva estamos nessa campanha **para ampliar o debate com propostas que interessam à sociedade e enfrentam os temas que estão ausentes do horizonte da política tradicional.**

Nossos programas não são uma via de mão única, em que apenas uns poucos falam e os eleitores são apenas observadores passivos, mas **um convite ao diálogo franco** que deverá permanecer aberto durante o exercício do governo, como deve ser a prática básica de uma grande democracia.

Vamos enfrentar os problemas públicos com mentalidade diferente, procurando **oportunidades e soluções para questões emergentes.** Não olhamos apenas para o Estado, mas para a economia e sua força de transformação (e destruição) criativa. O que apresentamos à sociedade paulista não é um programa de reação ao desenvolvimento, mas uma agenda de alinhamento entre três vetores: as possibilidades de crescimento econômico, as aspirações da sociedade a uma vida saudável e plena de realizações, e o uso sustentável dos recursos naturais.

## Consumo, bem-estar e inovação

Estamos vivendo uma grande transformação na sociedade brasileira cujo reflexo mais claro é a expansão do consumo. Em 2014 serão mais de 30 milhões de brasileiros vivendo em famílias com renda mensal acima de R\$ 4.800. Esse aumento do consumo trará bem-estar num primeiro momento, mas riscos a médio e longo prazos. A sociedade incorrerá em riscos se tentar atender a essa demanda apenas com o estoque de tecnologia, de produtos e de serviços hoje disponíveis.

Os partidos que dominam a cena política no Brasil e em São Paulo estão aquém da compreensão ampla e integrada, necessária para encarar os desafios do século XXI.



POSSIBILIDADES DE CRESCIMENTO ECONÔMICO



VIDA SAUDÁVEL E PLENA DE REALIZAÇÕES PARA A SOCIEDADE



USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS.



Política requer a coragem de colocar temas novos e de divergir dos consensos.

Essa não é a única alternativa. É necessário abrir espaço para a **inovação** e a **criatividade** nos setores produtivos, só assim poderemos incorporar de forma sustentável esses novos consumidores.

Para isso vamos precisar **pensar a política de forma não tradicional**. Política, na nossa visão, requer a coragem de colocar temas novos e de divergir dos consensos. Não é olhando apenas para os erros dos adversários, como fazem os partidos tradicionais, que vamos conseguir encontrar soluções para os problemas coletivos.



### Em favor da mudança

O Partido Verde está sozinho na aposta de que este é o momento de desafiar os consensos. Os partidos que dominam a política no país e no Estado, o PT e o PSDB, partilham a mesma visão da política econômica, das políticas sociais, e fizeram a mesma opção pela velha economia, baseada em energias não renováveis, no transporte rodoviário e na agricultura tradicional. Esses dois partidos são o mesmo produto com diferentes embalagens. E podemos dar alguns exemplos disso.

#### **Exemplo 1: despoujar o Rios Tietê em oito anos**

Há um “jogo de empurra” com a poluição do rio Tietê. O córrego Baquirivu, em Guarulhos – uma cidade governada pelo PT há 10 anos – despeja 60 toneladas de esgoto por dia no rio Tietê. O governo do Estado, por sua vez, aumenta a calha do rio, investe no transporte rodoviário nas marginais, mas não tem política clara para recuperar o rio.

A Copa do Mundo de 2014 está aí, a abertura será em São Paulo e é a hora de perguntar: *Vamos mostrar para o mundo esse esgoto a céu aberto como uma marca de nosso fracasso coletivo? Ou vamos mobilizar os esforços necessários para recuperar o rio Tietê?*

Além de enfrentar o problema do Tietê, vamos estabelecer metas para cada uma das bacias hidrográficas do Estado com exigências de qualidade e quantidades mínimas de água. **Vamos apostar na recuperação dos rios do Estado e no seu potencial de geração de riqueza.**

---

Temos um compromisso claro com a população de São Paulo: **despoluir os rios Tietê e Pinheiros em oito anos**, transformando suas margens em um grande parque linear, desde a região da Guarapiranga até o parque e APA da Várzea do Tietê. É um objetivo factível, há tecnologias disponíveis e os recursos financeiros virão do realinhamento de prioridades do governo.

UM COMPROMISSO CLARO COM A POPULAÇÃO DE SÃO PAULO: DESPOLUIR OS RIOS TIETÊ E PINHEIROS EM OITO ANOS

### **Exemplo 2: realizar um plebiscito sobre o pré-sal e sobre a instalação de usinas nucleares em São Paulo**

O PT e o PSDB partilham a mesma visão errada sobre a exploração do **petróleo** do pré-sal – e São Paulo perde com essa escolha. O governo do PT capitaliza a Petrobrás com recursos do Tesouro Nacional (portanto de todos), dá incentivo fiscal a tecnologias poluidoras e financia a exploração privada com recursos do BNDES. Joga o dinheiro público na velha economia, baseada em atividades de alta intensidade de carbono que causam o aumento do aquecimento global e que estão sendo cada vez mais criticadas mundialmente. O PSDB não questiona essa política. Preferem esquecer o que ocorreu no Golfo do México, um acidente que pode ser considerado o **“Chernobyl dos oceanos”**, e o fato de que isso pode ocorrer aqui no nosso litoral. *Queremos um desastre semelhante para o nosso litoral, comprometendo as praias, o turismo, a pesca e a saúde pública? Queremos assumir esse risco?* A opção pela economia do petróleo já comprometeu o dinamismo econômico do Rio de Janeiro pois esse é um setor que dificilmente tem um impacto significativo na geração de trabalho e renda.

A economia do século passado prioriza o petróleo em detrimento do **turismo**, que é uma atividade potencialmente sustentável que gera milhares de empregos na mesma região do litoral. Nos municípios de Ilhabela, São Sebastião e Bertioga, mais de 65% dos empregos formais são no setor de serviços. Na Região Administrativa de Santos são 209 mil empregos na área de serviços, segundo o Sistema de Informações dos Municípios Paulistas da Fundação SEADE.

Defendemos **um plebiscito para decidir sobre a exploração do pré-sal**. Essa será uma ótima oportunidade para que a sociedade conheça os riscos e os custos reais da exploração do petróleo do pré-sal. Como estabelece o art. 20, XVIII, da Constituição do Estado de São Paulo, compete exclusivamente a Assembleia Legislativa convocar um plebiscito dessa natureza. O governador, como chefe do Poder Executivo, pode enviar mensagem à Assembleia Legislativa solicitando a apreciação da convocação, e é exatamente isso que faremos para que esse tema seja discutido e para que a população tenha a oportunidade de se manifestar sobre esse assunto.

UM PLEBISCITO PARA DECIDIR SOBRE A EXPLORAÇÃO DO PRÉ-SAL



**UM PLEBISCITO PARA  
DECIDIR SOBRE A  
INSTALAÇÃO DE USINAS  
NUCLEARES EM SÃO  
PAULO.**

**As usinas nucleares  
no mundo todo  
produzem menos  
energia do que as  
formas renováveis e  
sua participação na  
matriz energética  
mundial irá decair na  
próxima década.**

Defendemos igualmente **um plebiscito para decidir sobre a instalação de usinas nucleares em São Paulo**. Precisamos de um sistema de produção de energia que seja capaz de atuar contra as mudanças climáticas, baseado em energia renovável e que seja eficiente. Atualmente, as usinas nucleares no mundo todo produzem menos energia do que as formas renováveis e sua participação na matriz energética mundial irá decair na próxima década.

Construir novas usinas nucleares não irá contribuir de forma significativa para reduzir as emissões de gases de efeito estufa: usinas nucleares custam caro, produzem lixo radioativo e apresentam riscos reais de acidente. O investimento em novas usinas nucleares no Brasil significará um desperdício dos recursos que serão necessários para desenvolver novas fontes de energia que poderão contribuir para diminuir o ritmo das mudanças climáticas.

### **Exemplo 3: alternativas ao rodoviarismo**

O PT e o PSDB disputam críticas atrasadas sobre o sistema rodoviário. O PT diz que as estradas foram privatizadas e que o pedágio está caro. Sugerem que o uso das estradas deve ser bancado pela maioria dos contribuintes que não as usam. O PSDB responde que as estradas federais estão mal conservadas e inseguras. Todos favorecem o aumento da produção de automóveis como modelo de desenvolvimento. *É essa a solução?*

Há **alternativas inteligentes** para isso. Para o transporte, somos favoráveis a outros modais, como o ferroviário e hidroviário. **Somos favoráveis ao transporte coletivo de qualidade e ao transporte não motorizado (como bicicletas) com segurança e conforto.** Para o transporte rodoviário, somos favoráveis ao princípio do usuário pagador, mas vamos renegociar legalmente os contratos de concessão e os valores dos pedágios. Precisamos aprimorar o sistema de cobrança com o objetivo de tarifar por quilômetro rodado. Não defendemos quebras de contrato, mas as novas concessões e privatizações de rodovias feitas pelo nosso governo adotarão novas bases de cálculo e novas tecnologias de tarifação que permitam cobrar proporcionalmente ao uso. Esse mesmo critério adotaremos na revisão do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, o IPVA. Tributar a propriedade nos parece menos importante do que tributar o uso do automóvel, o que hoje é possível devido às novas tecnologias de monitoramento do trânsito. Vamos nos empenhar para modificar a Legislação Federal e o sistema atual de tributação de veículos. Além de melhorar o sistema de cobrança pelo uso das estradas teremos coragem de quebrar o modelo baseado no transporte rodoviário.

O transporte pesado (ônibus e caminhões) é movido a diesel de péssima qualidade, o que compromete a saúde da população e a qualidade de vida nas cidades. A Agência Nacional de Petróleo autorizou em 2010 a utilização de diesel “sujo” (com 500 partes por milhão de enxofre, o chamado diesel S-500) na frota de ônibus de transporte público da capital. A razão seria o desabastecimento do diesel com menor teor de enxofre (S-50), cuja responsabilidade para produção e fornecimento em quantidade suficiente é da Petrobras e sua subsidiária, a BR Distribuidora. Essa medida viola normas estabelecidas. De acordo com a Lei Federal nº 8.723/93 de autoria do deputado Fabio Feldmann e a Resolução nº 315/02 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, o diesel a ser fornecido em todo o país a partir de 1º de janeiro de 2009 deveria ter no máximo 50 partes por milhão de enxofre. Embora a obrigação estivesse prevista desde 2002 na Resolução CONAMA e suficientemente regulamentada, a Petrobras não investiu em refinarias para a produção deste combustível mais limpo, montadoras não desenvolveram motores adaptados para o aproveitamento máximo deste combustível menos poluente, e a ANP, na absoluta omissão enquanto agência reguladora deixou de fiscalizar o cumprimento da legislação.

Diante do descumprimento legal a questão foi levada à Justiça Federal e um acordo judicial foi firmado em 2008 estabelecendo um cronograma de progressiva oferta de diesel S-50 e S-10, em quantidade muito modesta e para poucas cidades, faltando muito para que resultados significativos sejam notados na melhoria da qualidade ambiental e na redução dos impactos na saúde.

Desde 2007 uma ampla articulação de ONGs e governos, com apoio de especialistas em saúde e emissões veiculares, da qual o deputado Fabio Feldmann foi uma das principais lideranças, obteve importantes vitórias: em 2007, no âmbito do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR), a suspensão de campanhas publicitárias da Petrobras em que esta se dizia sustentável e amiga do meio ambiente e, no âmbito do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE), a exclusão da Petrobras da carteira de empresas que compõem o Índice.

Em maio de 2009 a questão foi levada pela coalizão à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA)

**A Agência Nacional de Petróleo autorizou em 2010 a utilização de diesel “sujo” (com 500 partes por milhão de enxofre).**

**Mas, de acordo com a Lei Federal de autoria do Deputado Fabio Feldmann, o diesel a ser fornecido em todo o país a partir de 1º de janeiro de 2009 deveria ter no máximo 50 partes por milhão de enxofre...**



por meio de uma demanda contra a República Federativa do Brasil tendo em vista a omissão de seus entes da Administração Pública (particularmente a ANP e a Petrobras) e a violação de direitos humanos como direito à vida e à saúde por conta da poluição provocada pelo diesel sujo. A demanda foi articulada pelo deputado Fabio Feldmann e subscrita por importantes ONGs nacionais e pende de apreciação pela Comissão.

Há estudos técnicos que mostram que melhorar o diesel custaria R\$ 875 milhões por ano, ou R\$ 72 milhões por mês. Não fazer estes investimentos significa matar precocemente cerca de 6 mil brasileiros por ano, sendo metade na Região Metropolitana de São Paulo. Este investimento é irrisório para a Petrobras, que anunciou mais de R\$ 300 bilhões em 2020 para a exploração do petróleo na camada pré-sal. No nosso governo **questionaremos judicialmente todo e qualquer aspecto que ponha em risco a saúde da população paulista.**

**TODO E QUALQUER ASPECTO QUE PONHA EM RISCO A SAÚDE DA POPULAÇÃO PAULISTA SERÁ QUESTIONADO JUDICIALMENTE.**

Investiremos em

- dutovias
- hidrovias e ferrovias, terminais intermodais de cargas
- sistemas de transporte sustentável

Além disso, **nosso compromisso é com a diversificação do modal de transporte:** investir em dutovias, hidrovias e ferrovias, na construção de terminais intermodais de cargas (possibilitando, por exemplo, a integração entre ferrovia e rodovia, hidrovia e ferrovia etc.), na implantação de sistemas de transporte sustentável, como a bicicleta – que em muitas cidades ao redor do mundo é o principal veículo de locomoção. Na grande São Paulo **os investimentos devem priorizar o transporte mais eficiente e não poluidor** como o metrô e os modernos trólebus.

## Gestão pública inovadora: metas de desempenho

Na nossa visão **o governo deve se pautar pela lógica da responsabilidade compartilhada na administração dos assuntos públicos.** Entendemos que é dever do governo oferecer os melhores meios disponíveis para que os profissionais da saúde, policiais, professores e todos os servidores públicos possam atender adequadamente à população. Mas esperamos dos servidores uma postura ativa pela melhoria da qualidade dos serviços. O que uma administração moderna do Estado deve fazer, na nossa visão, é **evitar o corporativismo exacerbado e equilibrar o jogo devolvendo aos contribuintes serviços públicos de qualidade.**

O maior prejudicado pela falta de serviços públicos de qualidade é a população, além do próprio servidor que trabalha sem reconhecimento de seu esforço, principalmente as pessoas de menor renda e escolaridade que dependem integralmente desses serviços. Por isso o nosso governo irá se empenhar para melhorar as condições de trabalho dos servidores públicos e também para ampliar o sistema de metas de desempenho para o maior número possível de áreas da administração pública.

#### CONSOLIDAÇÃO DE UM SISTEMA DE AVALIAÇÃO E METAS DE DESEMPENHO

As experiências bem sucedidas na área de gestão pública surgidas na última década no Brasil demonstraram que **o uso adequado de informações e a construção de sistemas de avaliação e metas de desempenho** são fundamentais para o planejamento e a implementação de políticas eficazes em qualquer área de atuação do governo. O Programa Estado para Resultados do Governo de Minas Gerais é um exemplo a ser seguido nessa área. No Estado de São Paulo também ocorreram avanços importantes com a consolidação do sistema de controle de despesas e custos e do sistema de acompanhamento do quantitativo de atendimentos, trabalho realizado pela Secretaria de Gestão. O compromisso de nosso governo é **avançar na consolidação de um sistema de avaliação e metas de desempenho** que seja capaz de incorporar o ponto de vista dos usuários dos serviços públicos, como existe no Rio Grande do Sul. O estabelecimento de metas e o seu monitoramento como propõe o Movimento Nossa São Paulo é um referencial a ser seguido no nosso governo.

## NOSSAS METAS

A AGENDA INOVADORA DE GOVERNO DE SÃO PAULO

A agenda inovadora de governo de São Paulo se apoiará em quatro pilares transversais que apontam para a economia do séc. XXI:

1. Incentivo à economia de baixa intensidade de carbono.
2. Incentivo à economia da biodiversidade.
3. Incentivo à economia criativa.
4. Fomentar uma geração avançada de programas sociais e de direitos.



## ▶ METAS

1



Criar os incentivos para investimentos públicos e privados em inovações que resultem em uma economia de alta eficiência

2



Produzir iniciativas por meio de parcerias público-privadas (PPPs) e dos setores não-governamentais que promovam as medidas econômicas socialmente eficazes para conservação e uso sustentável de componentes da diversidade biológica

3



Incentivar o investimento em um segmento econômico ainda pouco explorado no Brasil: a economia criativa

Em primeiro lugar, o nosso governo estará empenhado em criar os incentivos para investimentos públicos e privados em inovações que resultem em uma economia de alta eficiência, em especial com a **redução da emissão do dióxido de carbono** (CO<sub>2</sub>) pela queima de combustíveis fósseis. O desenvolvimento sustentável significa menos poluição do ar, menos desperdício de água e de outros insumos necessários à produção e ao bem-estar da população. O desenvolvimento sustentável implica **menos pressão sobre os sistemas de saúde e transporte**, o que acaba levando a serviços de melhor qualidade a todos, pois permite reduzir gastos públicos por meio dos benefícios indiretos gerados pela melhoria dos processos produtivos e sociais.

Em segundo lugar, não mediremos esforços para produzir iniciativas por meio de parcerias público-privadas (PPPs) e dos setores não governamentais que promovam as medidas econômicas socialmente eficazes para a conservação e uso sustentável de componentes da **diversidade biológica**. A economia da biodiversidade é um tema de relevância mundial e será discutido na Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP-10), em outubro deste ano em Nagoya, no Japão. Como na área das **mudanças climáticas**, o Estado de São Paulo precisa ter propostas concretas de valorização de nosso patrimônio ambiental, criando mecanismos para a sustentabilidade das paisagens culturais e dos remanescentes florestais, principalmente nas áreas protegidas, incluindo os ambientes marinhos. **A biodiversidade tem seu valor e esse deve ser reconhecido**. Um exemplo é o alto preço que se paga para se ter lazer ou morar junto à natureza: terrenos caros, transporte distante, filas e outras formas de competição.

Em terceiro lugar, pretendemos incentivar o investimento em um segmento econômico ainda pouco explorado no Brasil: a **economia criativa**. A economia criativa valoriza o conhecimento e seu principal vetor é a produção e a comercialização de novas tecnologias e processos que possam ser convertidos em bens e serviços limpos e competitivos, o que inclui a produção de softwares, a propaganda, o design e a moda, a arquitetura sustentável, os serviços à distância (*outsourcing* e teletrabalho) e as atividades culturais e de entretenimento. Esses setores têm comprovada capacidade de gerar empregos e de ampliar os efeitos positivos do crescimento econômico, uma vez que boa parte dessas

atividades é capaz de produzir conhecimento que pode ser diretamente aplicado na melhoria dos serviços prestados pelo Estado. A **economia criativa** deve ser incentivada com prioridade em regiões carentes de emprego, como as periferias das grandes cidades, ou regiões pobres do Estado como o Vale do Ribeira que tem um enorme potencial turístico e econômico em função de sua biodiversidade. Esse é o caminho que temos que percorrer para conquistarmos benefícios, como o desenvolvimento local, um tempo menor e menos dificuldades no transporte e uma maior qualidade de vida local.

Em quarto lugar, vamos implementar uma **nova geração de programas sociais** centrada no potencial produtivo das famílias paulistas. Nesta nova perspectiva de políticas públicas, não negligenciaremos a importância dos **benefícios sociais** que têm tirado muitas pessoas da pobreza. No entanto, nossa meta é criar condições para que as famílias beneficiadas tenham a perspectiva de tornarem-se autônomas por meio do seu **trabalho**, seu avanço na educação e de sua **inserção econômica**. Para isso criaremos **programas de capacitação profissional** direcionados aos beneficiados de programas sociais de acordo com o potencial de cada família. Acreditamos que todas as pessoas tenham condições de contribuir com sua criatividade e trabalho nos diversos setores produtivos da sociedade.

O Brasil e o Estado de São Paulo vivem um apagão de trabalho qualificado: milhares de vagas de emprego não são preenchidas por falta mão-de-obra qualificada, o que tem atingido setores como de comunicação e tecnologia e inclusive, o da construção civil. Ou seja, investimentos deixam de ser feitos no Brasil e em São Paulo e vão para outros países. Uma **renovação nos programas sociais** permitirá qualificar os beneficiários de programas, de modo a torná-los capazes de encontrar um emprego.

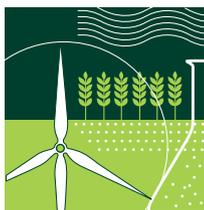
Além disso, tornaremos mais eficiente a distribuição dos programas sociais de modo que as pessoas que mais necessitam dos benefícios possam efetivamente recebê-los. Os benefícios sociais precisam estar moldados às necessidades específicas das famílias. Há pessoas que precisam mais de programas de saúde, outras que carecem de assistência psicológica, outras que precisam de quantia mínima de dinheiro para manter seus filhos na escola e outras, ainda, que estão prontas para iniciar seu negócio próprio. Todos os programas disponíveis serão incorporados a um **Cadastro Único de programas sociais** e a entrega de benefícios ficará a cargo de agentes especializados que farão sua distribuição conforme a necessidade de cada família. E, principalmente, poderão avaliar e monitorar o momento em que a família poderá dispensar esses benefícios e caminhar com as próprias pernas.



**4**  
Implementar uma nova geração de programas sociais centrada no potencial produtivo das famílias paulistas.



UM PONTO DE ENCONTRO ENTRE LIDERANÇAS POLÍTICAS E TÉCNICOS, CIENTISTAS E PENSADORES DAS CIÊNCIAS HUMANAS



- clima
- inovação e criatividade
- energia renovável
- economia da biodiversidade
- biomimética

DEBATE DE IDÉIAS e PENSAMENTO INDEPENDENTE

## Um centro estratégico, aglutinador de lideranças e inovações

Esses são temas de fronteira no conhecimento científico e a sua tradução em políticas públicas exigirá um esforço de construção institucional único. Propomos a criação de um **Centro dedicado ao desenvolvimento sustentável** que tenha como meta transformar-se em referência mundial na **produção de análises independentes e na promoção de ideias e propostas** sobre clima, inovação e criatividade, energia renovável, economia da biodiversidade e a biomimética.

Para atingir esse objetivo de promover a liderança de São Paulo no cenário nacional e internacional, iremos organizar um centro estratégico de alto nível, para pesquisa e debate dedicado à reflexão sobre as quatro grandes metas que estruturam a nossa proposta de agenda de políticas públicas. Tomamos como modelo para nossa proposta a *Chatham House* da Inglaterra, a qual assessora o governo britânico em assuntos estratégicos desde a década de 1920.

O Centro irá **acolher e desafiar novas ideias** com o propósito de usá-las como **estímulos para inovações na economia e nas políticas públicas**. Esse Centro será um ponto de encontro entre lideranças políticas e técnicos, cientistas e pensadores das ciências humanas e oferecerá um ambiente propício para o desenvolvimento de análises independentes e rigorosas sobre as ameaças e as potencialidades globais para o desenvolvimento.

O Centro estará aberto à participação de pesquisadores, empresas, organizações da sociedade e lideranças políticas que partilhem interesse pelo tema do desenvolvimento sustentável, o debate de ideias e o pensamento independente.

São Paulo, como a principal força econômica do país, deverá se valer da sua posição proeminente para criar padrões que possam servir de exemplo aos demais Estados e regiões. Ao mesmo tempo, precisamos ter a capacidade de identificar experiências que estejam sendo implementadas em outros Estados e que possam nos inspirar no objetivo de fazer de São Paulo um modelo que contribua para construir um país capaz de aproveitar as oportunidades que se abrem no âmbito global para uma liderança alinhada com as necessidades do século XXI, com a transição para a economia global sustentável. Isso significa promover mudanças na forma como a sociedade encara o desenvolvimento e entender a urgência de agir para concretizar essas mudanças e não apenas ficar em discursos ociosos e descomprometidos.

Sua primeira iniciativa será criar uma comissão de especialistas para elaborar a proposta de **um novo indicador do produto interno bruto (PIB)** e que norteie as políticas públicas paulistas. Tal indicador, já bastante discutido por economistas do Brasil e do mundo, deve incluir dimensões hoje descon sideradas tais como a sustentabilidade ambiental, o engajamento cívico, a qualidade de vida e os níveis de felicidade da população. Vários pesquisadores e alguns governos do mundo questionam a eficiência do PIB tradicional como medida única de desempenho econômico dos países, Estados e cidades. Vamos nos espelhar na comissão idealizada pelo presidente Nicolas Sarkozy em 2008 para dar nova direção às mensurações econômicas e sociais. A “Comissão para Mensuração da Performance Econômica e do Progresso Social” (também conhecida como comissão “Stiglitz-Sen-Fitoussi” ) nos alerta de que **o mundo precisa repensar essa questão, que afeta as decisões políticas e as políticas públicas e suas prioridades**. O Centro de Pesquisa sobre o Desenvolvimento Sustentável será encarregado da realização de um amplo estudo para a elaboração de novos indicadores econômicos e de bem-estar social, tendo como eixo desta mensuração o crescimento econômico sustentável. Outra dimensão a ser incorporada é a contabilidade da pegada ecológica (*ecological footprint*), ou a relação entre a demanda que a atividade humana exerce sobre a natureza – bem como a capacidade da natureza de atender essa demanda, com a finalidade de orientar a implantação de novos procedimentos de Licitação Sustentável às compras públicas no Estado de São Paulo.

UM NOVO INDICADOR DO  
PRODUTO INTERNO BRUTO  
(PIB)

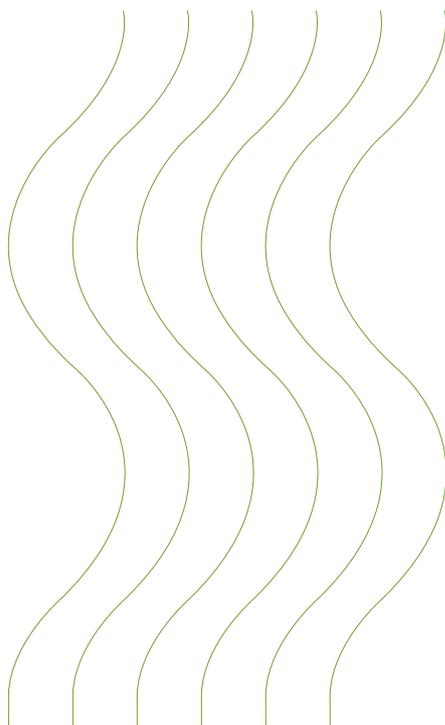
## A atuação do PV no mundo, no Brasil e em São Paulo: por uma renovação verde

Nosso programa não é nem monotemático, nem uma utopia ambientalista. É preciso esclarecer esse ponto, para evitar rótulos. O Partido Verde é presente e atuante nos países mais desenvolvidos do planeta, em termos de democracia e bem-estar social. Na Europa, os Partidos Verdes encontram-se bastante estruturados e integrados. Após 30 anos de existência, preenchem hoje 56 dos 736 assentos no Parlamento (7% do total). A plataforma dos PVs europeus sempre se baseou nos princípios da responsabilidade ambiental, liberdade individual, democracia, diversidade, justiça social, igualdade entre sexos e faixas etárias, desenvolvimento sustentável global e não violência. Em São Paulo o PV tem se firmado como uma força política importante e hoje conta com seis deputados na Assembleia Legislativa.



É justo reconhecer que o PSDB e o PT contribuíram de forma decisiva para a redemocratização do país. Foram sócios na garantia da estabilidade econômica e na redução da desigualdade com políticas sociais focalizadas, conquistas essas que estão mudando a cara da sociedade brasileira. Contudo, falharam na compreensão da importância de questões como as mudanças climáticas, a renovação das fontes de energia e o papel da inovação e da criatividade no desenvolvimento econômico, temas que não podem mais ser tratados como periféricos na agenda pública.

A atuação do PV e o programa de governo que apresentamos à população do Estado de São Paulo nada devem à polaridade política entre os partidos de esquerda e de direita que marcou o século XX. Não acreditamos que distinções ideológicas desse tipo tenham qualquer utilidade prática no nosso tempo. Vejam, por exemplo, como um partido político que comungava das doutrinas totalitárias do século XX e que era visto como de esquerda, o PC do B, hoje se apresenta na liderança de uma reacionária revisão do Código Florestal brasileiro. Não tivemos as mesmas ilusões no passado e certamente não temos as mesmas visões do futuro. Não estamos nessas eleições e não atuamos na política para promover conflitos ideológicos anacrônicos, mas para partilhar ideias e apresentar propostas concretas sobre como podemos viver melhor hoje e em um futuro tangível.



## ▶▶ AS 4 METAS DO PV EM SÃO PAULO

Por acreditar na renovação verde estamos nessa campanha. Queremos propor as quatro metas para o Estado de São Paulo que entendemos estarem à altura dos desafios trazidos pelo século XXI.

### ▶▶▶ **Meta 1: Incentivar uma economia de baixa intensidade de carbono**

De 1990 a 2007, período de publicação dos quatro relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a certeza científica sobre o aquecimento global ficou cada vez mais evidente, tendo o último relatório atingido um elevado grau de certeza e confirmado que as alterações no sistema climático global são efeitos do aumento da emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE) pelas atividades humanas como queima de combustíveis fósseis, conversão dos solos (substituição da cobertura vegetal para atividades agropecuárias), tratamento de resíduos, entre outras.

O relatório de 2007 também afirma que os eventos climáticos ocorrerão com maior frequência e serão mais intensos – tais como ondas de calor, fortes precipitações de chuva, períodos de forte estiagem etc. – bem como prevê a alteração de ecossistemas (por exemplo, a savanização de porções do bioma amazônico) e do regime hidrológico.

A necessidade de reduzir as emissões de GEE para permitir a adaptação de ecossistemas à mudança climática é reconhecida mundialmente na meta principal da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

A primeira proposta do PV em São Paulo é fazer cumprir a Lei do Clima (Lei Estadual nº 13.789), aprovada em 2009, que estabelece meta de 20% nas reduções de emissões de dióxido de carbono até 2020, com relação ao ano de 2005. Importante ressaltar que para o PV, **reduzir emissões não significa paralisar ou obstruir a atividade econômica, mas sim torná-la mais eficiente do ponto de vista ambiental.**



Os eventos climáticos ocorrerão com maior frequência e serão mais intensos – tais como ondas de calor, fortes precipitações de chuva, períodos de forte estiagem etc. – e alterarão ecossistemas (por exemplo, a savanização de porções do bioma amazônico) e o regime hidrológico.



Essa Lei também prevê metas setoriais de redução de emissões, que podem e devem ser aplicadas aos setores que mais emitem, após análise criteriosa de opções tecnológicas, bem como da possibilidade de compensação de emissões (troca de direitos adquiridos ou *offsets*). **O licenciamento ambiental deve, com responsabilidade, contemplar adequadamente os efeitos de mitigação de emissões e adaptação aos impactos climáticos por parte de empreendimentos.**

O Estado de São Paulo emite cerca de 130 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente por ano, sendo que metade dessa emissão é produzida pelo consumo de energia fóssil.

O setor de transporte rodoviário sozinho é responsável por 30% dessas emissões.

#### **MAIOR VILÃO: O SETOR DE TRANSPORTE**

O Estado de São Paulo emite cerca de 130 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente por ano, sendo que metade dessa emissão é produzida pelo consumo de energia fóssil (carvão, petróleo e derivados de petróleo). O setor de transporte rodoviário sozinho é responsável por 30% dessas emissões, por isso esse é **o primeiro ponto a ser enfrentado**. Não é difícil imaginar onde estão os desperdícios: excesso de veículos transportando uma só pessoa parados em congestionamentos, caminhões transportando cargas pesadas em vias urbanas, horários de pico de trânsito mal escalonados, veículos desregulados e de tecnologia obsoleta.

As projeções indicam que em 15 anos a carga que se movimenta no Estado de São Paulo irá dobrar. *Em que modais de transportes queremos alocar esse crescimento?* É importante ressaltar que não se pretende retirar cargas de rodovias, mas sim distribuir essa carga futura para modais menos poluentes.

**Diversificar os meios e as alternativas de transporte é a solução para diminuir drasticamente as emissões de dióxido de carbono na atmosfera**, assim como para descongestionar as rodovias do Estado de São Paulo.

Há décadas se fala em troca de modais, em utilização de ferrovias, hidrovias e dutovias. Esses são modais extremamente eficientes e adequados à economia do século XXI. Não é por falta de planos que não avançamos: **o Plano Diretor de Transporte do Estado de São Paulo deve ser posto em prática**, o que permitirá **reduzir** significativamente **o custo do transporte de mercadorias** e assim melhorar a competitividade do Estado na economia global.

O metrô de São Paulo atende cerca de 8% da população da capital, ou 4% da Região Metropolitana. Menos de 2% da população paulista utilizam o metrô. O que temos de linhas hoje atende pior a po-

pulação atual do que atendiam os bondes em 1968. Naquela época, tínhamos na cidade de São Paulo algo como 0,58 viagens por habitante/dia. Entretanto, o sistema sobre trilhos de hoje (260 km de trens metropolitanos e 70 km de metrô) oferta aos cidadãos da metrópole não mais do que 0,22 viagens por habitante/dia. Em 1948, 56,5% dos deslocamentos na cidade de São Paulo eram feitos por modo eletrificado. Hoje esse número não ultrapassa 11,9%. Dos deslocamentos através de meios motorizados, 88,1% se fazem, na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), através de veículos movidos a combustível com baixo rendimento energético. 33% do total dos deslocamentos são feitos a pé, o que mostra também a face cruel da má distribuição de renda. Uma viagem por automóvel na RMSP consome 26 vezes mais energia do que a viagem média por metrô. Além disso, causa congestionamento, polui o ambiente e promove acidentes. A cada ano, 3.500 pessoas morrem, na RMSP, devido à poluição do transporte.

Com o transporte de carga não ocorre nada diferente. Privilegia-se o uso de caminhões, muitas vezes obsoletos, poluentes, que com frequência atravessam a cidade de São Paulo para transportar cargas que vêm do Centro-Oeste do país para o porto de Santos. Há décadas se fala em troca de modais, em utilização de ferrovias, hidrovias e dutovias. Esses são modais extremamente eficientes e adequados à economia do século XXI.

Embora o Plano Diretor de Transporte seja ainda tratado quase como uma ficção, mas, uma vez implementado, permitirá a redução de cerca de 30% nas emissões de gases de efeito estufa do nosso maior vilão: o setor de transporte. No caso específico das hidrovias, a navegação comercial do rio Tietê será prioridade em nosso governo. O aproveitamento dos corpos hídricos da Região Metropolitana de São Paulo para navegação vem sendo estudado por diversos órgãos públicos e privados. **O rio Tietê, inclusive em sua porção que cruza a grande São Paulo, pode ser navegável, permitindo o transporte comercial de cargas e as atividades de turismo e lazer.**

O transporte de cargas com resíduos e material dragado, lixo doméstico e industrial, material de construção, resíduos de tratamento de esgotos, peças de dimensão/peso especiais, carretas, linhas de eixos, materiais perigosos, entre outros insumos da construção civil e *commodities* agrícolas devem seguir preferencialmente por hidrovias e não por caminhões. Para se ter uma ideia da economia que pode ser gerada, a despesa com combustíveis é 19 vezes maior no transporte rodoviário.

- São Paulo 1948: 56,5% dos deslocamentos na cidade de São Paulo eram feitos por modo eletrificado.
- São Paulo 2010: os deslocamentos na cidade de São Paulo por modo eletrificado não ultrapassam 11,9%.

**Deslocamentos através de meios motorizados na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP):**

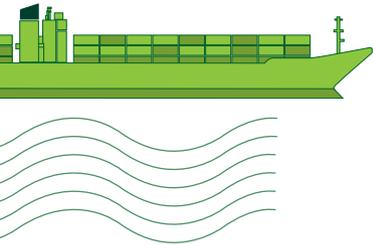
- 88,1% se fazem através de veículos movidos a combustível com baixo rendimento energético.
- 33% do total dos deslocamentos são feitos a pé.

**A CADA ANO, 3.500 PESSOAS MORREM, NA RMSP, DEVIDO À POLUIÇÃO CAUSADA PELO TRANSPORTE.**



### VANTAGENS DO TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

- maior eficiência energética
- menor consumo de combustíveis
- menor emissão de poluentes



O custo da logística, baseada na combinação de hidrovias, ferrovia e rodovia, chega a ser 38% menor do que o baseado unicamente na rodovia.

A incorporação da modalidade hidroviária na Matriz de Transporte na Região Metropolitana trará as vantagens de um sistema de transporte de maior eficiência energética, menor consumo de combustíveis e menor emissão de poluentes, o que terá impactos altamente positivos para a sociedade e o meio ambiente, especialmente nesta região já bastante poluída.

**A maior participação de modais mais eficientes na matriz de transporte traz benefícios diretos e indiretos.** O maior beneficiário direto é o usuário, com menores custos operacionais. Outro benefício resultante da eficiência operacional dos modais sustentáveis e vocacionados para o transporte de grandes volumes de *commodities* é a **maior competitividade para a economia.**

O custo da logística, baseada na combinação de hidrovias, ferrovia e rodovia, chega a ser 38% menor do que o baseado unicamente na rodovia. Quase metade dos caminhões trafega vazio no Estado de São Paulo, por falta de integração logística. Em países desenvolvidos, cargas pesadas, como as da construção civil e *commodities* não trafegam pelas rodovias.

A busca da **eficiência energética e no uso de recursos naturais** é uma das metas prioritárias de nosso governo e medidas simples podem fazer grande diferença. Encontramos exemplos em várias áreas. As indústrias de eletrodomésticos podem aumentar a eficiência dos fogões, de forma a reduzir o tempo de cozimento e, conseqüentemente, o consumo e o custo do gás para as famílias. A indústria automobilística pode investir em novas tecnologias que permitam aumentar a eficiência dos veículos, com o uso de menos combustível para transportar o mesmo volume de carga hoje verificado. A eficiência veicular é um aspecto crítico para a economia de São Paulo e por isso, **é fundamental estabelecer parâmetros de eficiência para os automóveis e para os veículos de carga.**

A liderança paulista no desenvolvimento de tecnologias limpas já é realidade. Em termos de combustíveis, São Paulo tem condições privilegiadas de substituir mais vigorosamente a gasolina pelo etanol, já que 1/5 da produção mundial e 60% da produção brasileira vêm daqui. Apesar disso, quase a totalidade da nossa frota de ônibus é ainda movida a óleo diesel. O etanol pode ser utilizado não somente nos carros, mas também em ônibus adaptados. O biodiesel é outra alternativa, que deve ser expandida de forma mandatária. O uso de eletricidade no transporte deverá aumentar vigorosamente através de opções como veículos híbridos, elétricos, trólebus, bondes modernos (como os trams

européus) e metrô. **O metrô deve e será expandido**, com o objetivo de atender toda a Região Metropolitana e não apenas a cidade de São Paulo.

**Na transição para uma economia de baixo carbono o setor agropecuário também terá um papel fundamental.** Progressivamente, as fontes de energia devem ser limpas e renováveis, como é o caso da energia eólica e também o etanol, reduzindo ou mesmo eliminando a emissão de gases de efeito estufa para a atmosfera. A produção de etanol no Estado de São Paulo significa importante avanço nessa direção. Entretanto, os canaviais paulistas ainda são altamente dependentes do petróleo, que serve de base para a produção de muitos fertilizantes sintéticos e para o transporte da safra. Isso pode ser revertido com a progressiva valorização das diferentes formas de fertilização orgânica. A liderança de São Paulo na produção de energias limpas pode se consolidar ainda mais se forem implantadas políticas públicas que estimulem a produção de etanol a partir da celulose contida no bagaço ou na palha da cana-de-açúcar e em outras gramíneas.

Mudar esse quadro requer não só planejamento, mas também o que é chamado por muitos de vontade política. É preciso, por exemplo, **rever o sistema de concessão de nossas ferrovias, construir terminais intermodais de carga, estabelecer diretrizes mandatórias para o transporte em geral.** Tais medidas visam o bem comum, não necessariamente agradando a todos. Foi o que aconteceu com o rodízio de veículos, instituído nos anos 1990 pela Secretaria de Meio Ambiente (tendo o deputado Fábio Feldmann como secretário) do governo Mário Covas. Sem ele, os veículos hoje não teriam como trafegar na cidade de São Paulo. A ideia foi combatida, mas era parte de um grande plano de transporte sustentável, oferecendo a necessária contrapartida ao sacrifício de deixar o carro em casa por um dia da semana. O projeto foi proposto à Assembleia Legislativa em 1998 e desde então continua tramitando, tendo sido apenas parcialmente incorporado na Lei do Clima, também de autoria do deputado Fábio Feldmann, em 2009. Vontade política, assim, significa determinação, ousadia para inovar e enfrentar a pressões de grupos de interesse seguindo princípios baseados na ética e no bem comum.

Quando se fala em reduzir emissões de carbono, imediatamente aparecem argumentos de que isso limitaria o nosso desenvolvimento. Não é o que pensam os países mais desenvolvidos nem a economia emergente da China. Não é o que devemos pensar para São Paulo, pois **a redução de emissões, por meio do uso eficiente da energia, significa principalmente menos gastos com combustíveis fósseis**, além de produtos mais competitivos e baratos para a sociedade.

O metrô de São Paulo atende cerca de 8% da população da capital, ou 4% da Região Metropolitana.

**IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS** que estimulem a produção de etanol a partir da celulose contida no bagaço ou na palha da cana de açúcar e em outras gramíneas.

o Brasil está na incômoda 4ª posição dos países que mais emitem gases do efeito estufa no mundo, principalmente, por conta do desmatamento.



- **tributação de bens e atividades carbono-intensivos**
- **padrões obrigatórios de eficiência para veículos e outros produtos**
- **ICMS ecológico no âmbito do CONFA**
- **regulamentos semelhantes entre estados para padrões de desempenho de produtos**
- **utilização de medidas compensatórias em projetos de proteção do meio ambiente.**
- **investimento na geração de energia limpa e moderna**

São Paulo pretende ainda levar além de suas fronteiras **as propostas de economia descarbonizada**. Junto à União, pretendemos discutir aspectos fiscais, como a tributação de bens e atividades carbono-intensivos, de modo a gerar recursos para a desoneração de outros bens e serviços ambientalmente preferíveis. Deveremos discutir também padrões obrigatórios de eficiência para veículos e outros produtos. Respeitando o pacto federativo, São Paulo deverá utilizar sua posição proeminente como forma de indução a outras regiões. Alguns exemplos são a discussão do ICMS ecológico no âmbito do CONFAZ, a propositura de regulamentos semelhantes entre Estados no que se refere a padrões de desempenho de produtos e a utilização de medidas compensatórias em projetos de proteção do meio ambiente. **A Lei climática paulista**, uma vez adotada por outros Estados, **possibilitará a troca de créditos pelo abatimento de emissões em todo o país, com impacto positivo relevante**.

**Em tempos de pré-sal**, torna-se fundamental questionar que rumos querem tomar o Brasil e São Paulo. Vários aspectos estão em jogo nessa discussão: investimentos de recursos que são da sociedade, riscos ambientais e geopolíticos decorrentes de uma atividade econômica ancorada no petróleo e falta de inovação em outros setores.

**Temos uma posição clara de que o país não pode, em nome da exploração do pré-sal, deixar de investir fortemente em outras soluções energéticas.** O Brasil tem enorme potencial a ser explorado e desenvolvido no campo das fontes renováveis de energia, o que pode colocá-lo em posição de liderança nesse setor. Não nos referimos apenas a uma liderança relativa aos benefícios ambientais para o planeta, mas à competição econômica pelo mercado internacional de energia limpa.

Entretanto, o Brasil está na incômoda 4ª posição dos países que mais emitem gases do efeito estufa no mundo, principalmente, por conta do desmatamento, e isso se acentuará se permanecer ancorado numa matriz energética que privilegia o consumo de combustíveis fósseis.

Nosso projeto de governo não medirá esforços para investir na geração de energia limpa e moderna. Subsídios do porte daqueles destinados ao pré-sal deveriam, na verdade, ser destinados, por exemplo, ao desenvolvimento de bioenergia, que é a energia do futuro. São Paulo já tem boas experiências na área, que serão estimuladas. O desastre recente no Golfo do México apenas escancara que o desenvolvimento baseado no petróleo tem impactos desastrosos no meio ambiente e na sociedade.

## Meta 2: Garantir a conservação e o uso econômico da biodiversidade

A diversidade da vida no planeta é essencial para o desenvolvimento sustentável. De acordo com o terceiro relatório do Panorama da Biodiversidade Global, divulgado em 2010 pelas Nações Unidas, a perda da biodiversidade global está alcançando um patamar quase irreversível. Isto significa a destruição de um patrimônio crítico para a criação de novos medicamentos, a perda de oportunidades de gerar bens e serviços ecossistêmicos, a destruição de ecossistemas importantes para a produção de alimentos.

A perda da biodiversidade poderá acarretar, no futuro muito próximo, uma severa depressão da qualidade de vida de todos e uma séria ameaça ao clima do planeta. Essas mudanças negativas no meio ambiente acarretarão mais gastos para as famílias, as empresas e o governo, uma vez que será necessário substituir de alguma forma os serviços ambientais que a natureza presta gratuitamente.

Dados do estudo “A Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade” (TEEB), lançado em 2009 pelo PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – indicam que mais de um bilhão de pessoas no planeta dependem de recursos pesqueiros como a sua principal ou única fonte de proteína, especialmente em países em desenvolvimento. Entretanto, esta é uma fonte alimentar que corre grave risco de desaparecer. No que diz respeito à saúde, **mais de 50% dos medicamentos sintéticos têm origem na natureza e, ao mesmo tempo, 70% das plantas em todo o mundo estão ameaçadas de extinção.**

Nas últimas duas décadas, 35% dos mangues desapareceram, aproximadamente 30% dos recifes de corais foram irreparavelmente danificados, florestas foram consumidas por completo em 25 países e o mundo perdeu cerca de 50% de suas áreas úmidas de acordo com o estudo do PNUMA. Dados da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) indicam que **17.000 espécies** de plantas e animais **estão ameaçados de extinção e 60% dos ecossistemas do planeta já não são mais capazes de prover os serviços ambientais** dos quais o homem depende.

Com a redução contínua da biodiversidade, estima-se que, em poucas décadas, diversas espécies poderão desaparecer, sobretudo as endêmicas. Esses dados alarmantes reforçam a urgência de se estabelecer metas claras para a preservação da biodiversidade.

A DIVERSIDADE DA VIDA NO PLANETA É ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.



**Dados da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) indicam que 17.000 espécies de plantas e animais estão ameaçados de extinção e 60% dos ecossistemas do planeta não são mais capazes de prover os serviços ambientais dos quais o homem depende.**

**O Brasil, o primeiro país em diversidade biológica do planeta, desempenha um papel fundamental na discussão sobre o Regime Internacional de Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios dos Recursos Genéticos.**

A Convenção sobre Diversidade Biológica, firmada na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), é o principal instrumento do compromisso estabelecido pela maioria das nações do mundo para buscar "... a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos" (CDB, Artigo 1).

No ano de 2002, na Conferência de Johannesburgo, os governos acordaram em atingir, até 2010, uma redução significativa da taxa atual de perda de biodiversidade em níveis global, regional e nacional como contribuição para a diminuição da pobreza e para o benefício de toda a vida na Terra.

O ano de 2010 é crucial para o tema da biodiversidade. Neste ano ocorrerá a 10ª Conferência das Partes (COP) da Convenção da Diversidade Biológica, em Nagoya, no Japão. O grande objetivo deste encontro será o de estabelecer um Regime Internacional de Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios dos Recursos Genéticos.

O Brasil, sendo o primeiro país em diversidade biológica do planeta, desempenha um papel fundamental nessa discussão. São Paulo deve liderar o debate já que aqui estão os biomas Mata Atlântica e Cerrado, os quais, em conjunto, respondem por mais de 78% das espécies da lista de espécies ameaçadas ou extintas. Segundo o Decreto Estadual nº 53.494 de 2008, existem 438 táxons ameaçados (38 mamíferos, 171 aves, 33 répteis, 12 anfíbios, 141 peixes ósseos e 43 peixes cartilaginosos) e 85 táxons quase ameaçados (22 mamíferos, 47 aves, 2 répteis, 7 anfíbios e 7 peixes ósseos).

#### **FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A PERDA DA BIODIVERSIDADE:**

- caça predatória e ilegal
- derrubada de florestas, desmatamento
- destruição dos ecossistemas
- poluição de rios
- mudanças climáticas
- presença de espécies exóticas invasoras

Entre os fatores que contribuem para a perda dessa biodiversidade estão a caça predatória e ilegal, a derrubada de florestas, o desmatamento, a destruição dos ecossistemas, a poluição de rios, as mudanças climáticas e a presença de espécies exóticas invasoras, dentre tantos outros.

A introdução de espécies invasoras é a segunda ameaça à biodiversidade, segundo a IUCN. Esse problema hoje acarreta grandes prejuízos à economia nos EUA e, no Brasil, o tema tem sido objeto de grande preocupação. São Paulo, a exemplo do Paraná, deverá se empenhar radicalmente no controle das espécies invasoras uma vez que essas podem trazer grandes prejuízos às atividades econômicas como a agricultura e a operação das hidroelétricas, como já acontece, pela introdução do mexilhão dourado.

O desmatamento contínuo e o aquecimento global poderão influenciar o futuro da maior bacia hidrográfica do mundo – a bacia do rio Amazonas - e as consequências serão sentidas em todo o país. De acordo com projeções realizadas pelo INPE em parceria com o *Met Office Hadley Centre* (Reino Unido) para o fim deste século, se o aumento na temperatura média global atingir 2°C a Floresta Amazônica poderá ser reduzida a 40 %. Num cenário mais pessimista, com aumento de 3°C, cerca de 75% da floresta desaparecerão. Na hipótese da variação na temperatura média global atingir 4°C, 85 % da floresta poderão desaparecer.

Temos que integrar ciência, tecnologia e inovação para enfrentar o desafio de proteger e promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Nesse ponto reside uma das principais contribuições que São Paulo pode dar ao nosso país: colocar à disposição seus institutos de pesquisa e de ensino para apoiar o desenvolvimento de tecnologias. São Paulo, com mais recursos tecnológicos, massa crítica e centros de pesquisa, deve sair na frente na implementação de propostas para combater, no Brasil, o aquecimento global. São Paulo também pode ajudar a Amazônia por meio de um controle e monitoramento efetivo dos produtos consumidos aqui em nosso Estado e que são provenientes de áreas da Amazônia – especialmente a carne bovina e madeira para móveis e construção civil. Nesse sentido, é importante uma fiscalização rigorosa sobre a conformidade legal da carne e da madeira que entram no Estado (muitas vezes provenientes de áreas de desmatamento ilegal de unidades de conservação e terras indígenas, de propriedades sem Reserva Legal e com áreas de preservação permanente ocupadas e degradadas).

**Bens e serviços ecossistêmicos têm valor econômico significativo**, embora alguns destes bens e a maioria dos serviços não sejam ainda comercializados pelo mercado. Para se ter uma ideia do prejuízo causado pela perda da biodiversidade, o estudo do PNUMA de 2009 estimou que as perdas anuais resultantes do desmatamento e da degradação florestal no mundo podem equivaler a US\$ 2 trilhões, podendo chegar a US\$ 4,5 trilhões. Esses valores poderiam ser preservados por um investimento anual de US\$ 45 bilhões, o que representa um retorno de 100 para 1.

É necessário, portanto, **mensurar o valor econômico** relacionado com as **perdas do desmatamento** e da **degradação florestal** no Estado, bem como estimar o uso econômico potencial das reservas florestais, com ecoturismo, pesquisa científica, manejo dos recursos florestais e

Se o aumento na temperatura média global atingir 2°C a Floresta Amazônica poderá ser reduzida a 40 %

São Paulo, com mais recursos tecnológicos, massa crítica e centros de pesquisa, deve sair na frente na implementação de propostas para combater, no Brasil, o aquecimento global.

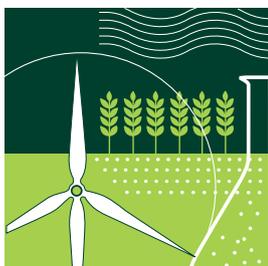
**FISCALIZAÇÃO RIGOROSA SOBRE A CONFORMIDADE LEGAL DA CARNE E DA MADEIRA**



agricultura. O conhecimento deste valor certamente ajudará a conscientizar toda a sociedade sobre a importância da preservação do meio ambiente, abrirá novas oportunidades de negócios ecossustentáveis e, principalmente, tornará a administração pública mais eficiente na preservação da biodiversidade e na canalização de incentivos voltados para empreendimentos verdes.

Um passo importante nesta direção foi recentemente divulgado pela imprensa mostrando que o potencial econômico das Unidades de Conservação do Brasil (UCs) será mapeado pelo PNUMA em parceria com a UFRJ. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente no Brasil existem 310 áreas de conservação federais e 374 estaduais. Deste total, 26,7% permitem variedades de usos econômicos, como o ecoturismo.

**SETOR**  
**AGROPECUÁRIO:**  
avanço de sistemas  
produtivos  
conservando os  
recursos naturais –  
alimentos mais  
saudáveis em  
quantidade  
para atender a  
demanda.



No setor agropecuário queremos promover o avanço de sistemas produtivos que, simultaneamente, conservem os recursos naturais e forneçam alimentos mais saudáveis e em quantidades suficientes para atender a demanda que não para de crescer. A agropecuária paulista deve ser orientada ao aumento de produtividade juntamente com a **conservação** e a **restauração dos recursos naturais**. Essa estratégia permitirá intensificar o uso das áreas já ocupadas ou subutilizadas, freando a pressão sobre as áreas de florestas, fundamentais para a manutenção da biodiversidade, da água e do clima.

Pela dimensão e importância do agronegócio paulista, o Estado deve assumir um papel decisivo nos cenários nacional e internacional, tornando-se protagonista de uma **agricultura mais competitiva e mais sustentável**. Mas ainda há muito trabalho a ser feito com relação à implementação de práticas inovadoras para que a agricultura paulista assuma essa posição de vanguarda.

Nosso compromisso é colocar o Estado de São Paulo em consonância com o **esforço global de conservação da biodiversidade e de seu uso econômico** para gerar bens e serviços comercializáveis, produzir riquezas e gerar empregos nas atividades econômicas relacionadas aos nossos ecossistemas.

### Meta 3: Incentivar a economia criativa

A economia criativa gera por volta de US\$ 8 trilhões por ano no mundo inteiro. Seu movimento ganhou dinamismo entre 2000 e 2005, quando o comércio internacional de bens e serviços das indústrias criativas teve notável crescimento. Ela é o principal fator de desenvolvimento econômico em muitos países, como o Reino Unido, e a responsável pela geração de receitas e exportações crescentes para os países que investiram nessas atividades econômicas.

Uma das metas centrais de nosso Programa de Governo é transformar os mais diversos setores da Economia Criativa – como *design* (de carros, moda, sapatos, eletrônicos), *design* gráficos, HQs, *games* e *softwares*, gastronomia, publicidade, cinema, produtos feitos com materiais reciclados e recicláveis, entre outros – em locomotiva do desenvolvimento de São Paulo e do Brasil. Não podemos ficar presos a fórmulas do passado, a modelos de desenvolvimento que excluem e poluem e fechar os olhos para o fato de que a **competitividade e a geração de empregos** no mundo contemporâneo estão cada vez mais centradas na **produção de bens e serviços criativos e inovadores que têm valor econômico para a sociedade**.

Na economia criativa, a criatividade e a inovação são conceitos complementares. Pode-se dizer que a primeira produz ideias e novas formas de olhar para um problema que já existe, enquanto a inovação refere-se ao sucesso na exploração destas novas ideias, concretizando os processos necessários na produção de novos bens e serviços comercializáveis e em novas maneiras de fazer negócios.

Há diversos exemplos de empresas nacionais que têm se projetado no desenvolvimento de uma nova economia baseada na responsabilidade social e ambiental. São empresas especializadas, por exemplo, no **reaproveitamento de lâmpadas fluorescentes**, cujo descarte inadequado contamina o ambiente por metais pesados; em novas modalidades de “comércio justo” que propiciam a **intermediação** entre artesãos e pequenos produtores e as grandes redes de supermercados e lojas de decoração; na **incorporação** de moradores de rua na produção de peças de vestuário exclusivas, e cuja parte do lucro retorna para projetos sociais da própria empresa que, por



**ECONOMIA CRIATIVA:**  
PRINCIPAL FATOR DE  
DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO EM MUITOS  
PAÍSES

**CRIATIVIDADE E  
INOVAÇÃO:** conceitos  
complementares na  
ECONOMIA CRIATIVA



A ECONOMIA CRIATIVA  
GERA BENEFÍCIOS PRA  
VÁRIOS SETORES DA  
ECONOMIA.

Uma cidade criativa  
é capaz de atrair  
empreendedores,  
investimentos e um  
perfil de turista que  
respeita e aprecia  
a cultura local,  
entendendo a cidade  
como sua anfitriã.

sua vez, capacitam novos moradores de rua para o ingresso na atividade de confecção das roupas; no **desenvolvimento de linhas ecológicas de produtos industriais** para cozinha, que transformam 90% do lixo orgânico em adubo.

A economia criativa gera benefícios pra vários setores da economia. Por exemplo, a **São Paulo Fashion Week** está entre as cinco maiores semanas de moda do mundo. Foi criada em 1996 pela iniciativa privada e sem apoio governamental para criar relações estratégicas entre os diversos setores envolvidos, conciliando o valor tangível do têxtil ao intangível da criação brasileira. Hoje o evento é responsável pela geração de mais de 5 mil empregos, diretos e indiretos, e R\$ 350 milhões anuais em mídia espontânea.

Os números da economia criativa mostram que o problema de uma economia amparada exclusivamente em exportações de *commodities* é que, por mais moderno e relevante que esse setor seja, ele não gera tantos empregos quanto precisamos. Além disso, preços de *commodities* são muito flutuantes e nada garante que estaremos na dianteira das exportações de matérias-primas por muito tempo.

Ao contrário dos modelos tradicionais de negócios as atividades criativas se baseiam no uso de redes de colaboração entre produtores, na exploração de canais alternativos de distribuição, na criação de uma dinâmica heterodoxa de **reconhecimento financeiro do criador** (que não depende apenas da lógica tradicional de direitos autorais) e, claramente, no uso das novas tecnologias.

**Atividades criativas** alimentam também novas formas de se fazer política e de exercer o governo, pois elas fortalecem os municípios com atividades locais diferenciadas e lucrativas. **Cidades criativas** são cidades capazes de encontrar dentro de si a solução para seus problemas. São cidades que transformam o tecido socioeconômico urbano com base no que têm de mais singular e assim produzem um entendimento mais completo e inclusivo de sua identidade cultural. Uma cidade criativa é capaz de atrair empreendedores, investimentos e um perfil de turista que respeita e aprecia a cultura local, entendendo a cidade como sua anfitriã.

UMA CIDADE CRIATIVA É CAPAZ DE ATRAIR EMPREENDEDORES, INVESTIMENTOS E UM PERFIL DE TURISTA QUE RESPEITA E APRECIA A CULTURA LOCAL, ENTENDENDO A CIDADE COMO SUA ANFITRIÃ.

No Brasil, essa questão é particularmente delicada devido à consolidação, nos últimos 50 anos, da evasão populacional em especial de jovens das cidades com até 50 mil habitantes, gerando três riscos graves: a **insustentabilidade social e econômica** das pequenas cidades; a **descontinuidade das tradições** e a **perda de patrimônio cultural**; e, conseqüentemente, o inchaço dos grandes centros urbanos.

No nosso governo vamos **criar um programa de incentivo às “cidades criativas”**, tornando-as mais atraentes para os que vêm de fora e capazes de oferecer novas oportunidades para seus moradores.

**O grande desafio é mudar a maneira de encarar a economia**, fazendo-o de um jeito holístico, compreendendo suas vantagens e fragilidades. Nosso governo irá incentivar ideias e segmentos dispostos a enfrentar esse desafio, recompensando os esforços dos empreendedores que se colocam na fronteira de um padrão sustentável de desenvolvimento. As indústrias de mentalidade ultrapassada, que não se expõem à competição e não buscam inserção global, não devem esperar a conivência de nosso governo com sua insistência no atraso, pois isso vai na direção contrária do interesse da população, pelos motivos aqui expostos. **Apostamos que o sucesso da economia que queremos se apoia no investimento em pesquisa e tecnologia** com foco na construção de novas possibilidades de aproveitamento dos recursos naturais, tanto na indústria como na agricultura.

**O SUCESSO DA ECONOMIA QUE QUEREMOS SE APÓIA NO INVESTIMENTO EM PESQUISA E TECNOLOGIA COM FOCO NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS POSSIBILIDADES DE APROVEITAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS, TANTO NA INDÚSTRIA COMO NA AGRICULTURA.**

A **economia criativa** não representa apenas maiores lucros, mas também **empregos mais rentáveis**, menores perdas e menores riscos. O enfrentamento das mudanças climáticas requer resposta rápida e eficiente aos desastres naturais e outros impactos. A chamada adaptação aos efeitos da mudança do clima também pode gerar empregos, além de poupar vidas e recursos econômicos. A prevenção contra enchentes, a preservação de espécies, as medidas para mitigar a desigualdade e a exclusão social podem agregar valor à economia. Decididamente elas não são um ônus, como muitos ainda pensam.

**O ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS REQUER RESPOSTA RÁPIDA E EFICIENTE AOS DESASTRES NATURAIS E OUTROS IMPACTOS**





## Meta 4: Criar uma geração avançada de programas sociais



**PRINCIPAL META:**  
**CAPACITAR FAMÍLIAS E DAR APOIO ECONÔMICO** para que possam criar, produzir, serem capazes de se autossustentar, ter sua independência e seguir rumos próprios, de acordo com seu potencial, as oportunidades locais e a cultura de cada região.

Estaremos, juntos com Marina Silva, empenhados na construção de uma **nova geração de programas sociais**, mais avançados em concepção e perspectiva. Investiremos na integração dos programas sociais que existem hoje no Estado de São Paulo e na coordenação do governo com a iniciativa privada, agregando componentes de sustentabilidade ambiental aos **programas de redução da pobreza e da desigualdade**. Os principais instrumentos dessa renovação nos programas do Estado são: o cadastro único de beneficiários do programa Bolsa Família e o aumento da oferta de empregos.

**Nossa principal meta** é passar **do assistencialismo à inclusão produtiva** dos beneficiários dos programas sociais, ao capacitar as famílias e dar apoio econômico para que possam criar, produzir, serem capazes de se autossustentar, ter sua independência e seguir rumos próprios, de acordo com seu potencial, as oportunidades locais e a cultura de cada região. Dessa forma, nossos programas de transferência de renda contribuirão não apenas para aliviar a pobreza, mas para melhorar a autoestima das famílias, ao torná-las capazes de aprender e realizar.

O “Bolsa Família” representou um avanço importante na história dos programas sociais no Brasil, na medida em que rompeu com o primarismo de políticas assistencialistas, ao exigir que as famílias atendidas cumprissem certas exigências. Com o Bolsa Família foi possível conhecer quem são os pobres do Brasil e criar um canal de comunicação com essa população. O que precisamos agora é usar esse canal de comunicação para criar um plano de desenvolvimento individualizado com base nas necessidades específicas de cada núcleo familiar e potencial econômico de cada região do Estado.

Não podemos dissipar recursos com a criação de novos programas sociais. Mas é **fundamental promovermos a qualidade e garantirmos o acesso de pessoas mais carentes** a esses programas. A renovação que propomos tem por base a melhor governança das iniciativas existentes, o que implica, em primeiro lugar, expandir e aperfeiçoar o **cadastro único** dos programas sociais paulistas. O Cadastro Único será a porta de entrada para os benefícios de programas sociais. Outro vetor importante de nossa proposta é a separação entre a oferta de programas sociais e a seleção dos beneficiários. Vamos criar uma **Rede de Agentes de Desenvolvimento Familiar** que será responsável pela seleção dos beneficiários.

O **agente familiar** será o elo entre famílias mais carentes do Estado e os programas públicos e privados de assistência social. O agente familiar, além de selecionar os beneficiários, estabelecerá planos de desenvolvimento personalizados e monitorará a evolução dos beneficiários até que superem sua situação de vulnerabilidade e alcancem a gestão plena de suas vidas produtivas. Nessa geração de programas sociais, os beneficiários serão os protagonistas de seu próprio destino. Com isto pretende-se, no médio prazo, inserir estas famílias na sociedade produtiva, em benefício do nosso Estado e delas mesmas.

**O AGENTE FAMILIAR** será o elo entre famílias mais carentes do Estado e os programas públicos e privados de assistência social.

Desde o primeiro dia de governo trabalharemos para detalhar os custos dessa iniciativa e dimensionar a infraestrutura institucional necessária para que seus objetivos sejam atingidos. Sabemos, no entanto, que o principal custo para a implementação dessas propostas não é orçamentário, mas, sim, de gestão e política, por isso não hesitamos ao assumir mais esse compromisso com a população de São Paulo: o de juntos criarmos uma nova geração de programas sociais para tirar da pobreza 3 milhões de famílias que têm rendimento familiar per capita de até meio salário mínimo.

**Uma NOVA GERAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS** para tirar da pobreza 3 milhões de famílias que têm rendimento familiar per capita de até ½ salário mínimo.

Outra área social prioritária será a da criação de programas específicos para a terceira idade, uma vez que a população paulista está envelhecendo. Neste caso, há a necessidade de programas para a capacitação e o apoio às pessoas que ainda tem potencial para o trabalho, querem se sentir úteis e aproveitar o melhor que a vida pode lhes dar.

**PROGRAMAS ESPECÍFICOS PARA A TERCEIRA IDADE**

Na área de **habitação** temos enormes desafios. O programa do Governo Federal, Minha Casa Minha Vida, representou um esforço importante de ampliação da oferta de habitações populares, que funciona razoavelmente nas cidades do interior e zonas rurais, pois essas têm maior disponibilidade de terrenos para a construção a preços menores, o que permite viabilizar a construção. Mas ainda não consegue atender o segmento que hoje apresenta o maior déficit habitacional: o de 0 a 3 salários mínimos, nos grandes centros urbanos. Embora funcione razoavelmente bem nas cidades do interior e zonas rurais, devido a maior disponibilidade de terrenos para a construção a preços menores, não é nessas áreas que o déficit está concentrado.

É preciso apontar ainda que as unidades habitacionais do “Minha Casa Minha Vida” têm geralmente uma concepção ultrapassada em termos de sua eficiência energética e conforto: são pouco ventiladas



e muito pequenas, dada a quantidade média de pessoas nas famílias de baixa renda. Estas características podem levar a problemas de saúde física e psíquica dos moradores, além da rápida degradação da moradia e ausência de mínimas condições de privacidade de cada pessoa, o que certamente contribuirá para o surgimento de patologias sociais e individuais que acabam gerando novos ônus para o governo e para a sociedade. Entendemos que é impossível separar a eficiência material do programa – em termos de unidades construídas e recursos financeiros aplicados – da qualidade de vida que ele deve gerar.

Outra cautela a ser tomada em todo o Estado é de que as unidades habitacionais do programa estejam incluídas e não excluídas das funções da cidade: é necessário que tenham **acesso a transporte público, saneamento básico, áreas de lazer, e outros equipamentos públicos importantes** (como delegacias, escolas, bibliotecas e teatros).

Na nova geração de programas sociais que estaremos empenhados em construir, os **critérios de ecoeficiência** e de conforto serão decisivos na definição da **viabilidade dos projetos habitacionais**.

Além de contribuir para o desenvolvimento de **uma nova geração de políticas sociais**, o nosso programa pretende estimular um novo ciclo de **expansão de Direitos Cívicos** e de Direitos que protejam também os animais. Nesse movimento somos inspirados por vários aspectos da legislação do Estado da Califórnia que nos Estados Unidos se apresenta como um Estado diferenciado e inovador.

A agenda de programas sociais que apresentamos à sociedade paulista garantirá não só maior sustentabilidade, como maior equidade na distribuição dos resultados positivos do crescimento econômico.

**Critérios de ecoeficiência e de conforto serão decisivos na definição da viabilidade dos projetos habitacionais.**

**AGENDA DE PROGRAMAS SOCIAIS COM MAIOR SUSTENTABILIDADE E MAIOR EQUIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS POSITIVOS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO.**

## ▶▶ DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS

### Introdução

As seguintes diretrizes programáticas constituem os eixos transversais de ação do nosso governo para que essas metas sejam atingidas:

- 1) A adoção de medidas custo-efetivas de abatimento da emissão de carbono, como parte dos esforços para preparar o estado para a realidade das mudanças climáticas.
- 2) A transformação do Estado em centro dinâmico de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia sustentável.
- 3) Apoio e investimentos direcionados ao desenvolvimento dos setores criativos da sociedade com a geração de novos postos de trabalho.
- 4) Promover a economia dos ecossistemas e da biodiversidade.
- 5) A reforma do sistema educacional e sua adequação às necessidades de nosso tempo de modo a contemplar a melhoria da educação básica, atualização e inclusão social.
- 6) Combater as desigualdades, superar o assistencialismo e construir uma nova geração de políticas sociais.
- 7) Garantir a segurança, a qualidade de vida e o bem-estar social e preparar a sociedade para enfrentar os malefícios das drogas ilícitas.
- 8) Fomentar um ambiente de negócios favorável ao empreendedorismo e à concorrência e implementar um sistema inovador de gestão no setor público com a adoção de metas e prazos tangíveis para a execução.



## 1) A adoção de medidas custo-efetivas de abatimento da emissão de carbono.

### *Menos gases de efeito estufa*

**SÃO PAULO É RESPONSÁVEL DIRETO POR CERCA DE 5% DAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA DO PAÍS**

#### CONSEQUÊNCIAS:

- **poluição do ar nos grandes centros urbanos**
- **perda de biodiversidade pelo desaparecimento das florestas**
- **conversão inadequada de áreas naturais em agrícolas com baixa produtividade**
- **desertificação e escassez de água**
- **efeitos climáticos globais atingindo principalmente as populações e setores econômicos mais vulneráveis.**

São Paulo é responsável direto por cerca de 5% das emissões de gases de efeito estufa do país. Entretanto, se contarmos as emissões induzidas por nossa economia podemos chegar a um valor maior. Por ser o mais importante centro de consumo do país, São Paulo tem grande responsabilidade sobre esses impactos. Por outro lado, com economia e população comparáveis às da Argentina, o Estado pode exercer um poder de pressão importante para induzir melhorias em todo o país, uma vez que aqui se encontram as principais indústrias e o maior mercado consumidor.

O Brasil está na incômoda 4ª posição entre os países que mais emitem gases de efeito estufa no mundo, principalmente por conta do desmatamento, mas, num futuro próximo, também por insistir numa matriz energética com alto consumo de combustíveis fósseis. Além disso, práticas agrícolas inadequadas (como a aplicação excessiva de fertilizantes, queimadas e a expansão das pastagens extensivas de forma ineficiente) contribuem para agravar esse quadro. Como consequência, essa opção traz outros efeitos perversos: poluição do ar nos grandes centros urbanos, perda de biodiversidade pelo desaparecimento das florestas, conversão inadequada de áreas naturais em agrícolas com baixa produtividade, desertificação e escassez de água, efeitos climáticos globais atingindo principalmente as populações e setores econômicos mais vulneráveis.

Com o impacto da mudança do clima, o PIB do país poderá sofrer uma redução de até 2,3%, o que significa R\$ 3,6 trilhões, ou um ano inteiro de crescimento nos próximos 40 anos. Felizmente há grandes oportunidades para abatimento na emissão de carbono no Brasil e em São Paulo. Em 2009, os governos federal e paulista estabeleceram metas para redução das emissões de gases do efeito estufa no setor agropecuário até o ano de 2020, mas que ainda dependem de definição por setor (agropecuário, transporte, siderurgia etc.). Para que isso aconteça é preciso que esses governos, em parceria com os empresários e os setores organizados da sociedade, estejam comprometidos com a implantação da infraestrutura necessária na transição rumo a uma economia de baixa emissão de carbono.

Para isso, propomos as seguintes ações:

- a. Atração de cadeias industriais e de serviços que produzam maior valor agregado e menos emissões.** O processo de licenciamento ambiental não pode ser obstáculo ao investimento, mas deve garantir que os novos empreendimentos tenham padrão de eficiência energética compatível com as metas estabelecidas de redução da emissão de gases de efeito estufa. Com isso, pretende-se estimular ações para tornar a produção das indústrias mais eficiente e competitiva para o mercado globalizado do século XXI.
- b. Aumentar os recursos disponíveis para o saneamento básico** e para as iniciativas voltadas para reciclagem de resíduos sólidos e produção de biogás com formação e adaptação adequadas de aterros sanitários para evitar a emissão de metano, com o objetivo de trazer mais qualidade de vida para as famílias e de reduzir os gastos com saúde.
- c. Desenvolver uma política de recuperação de sistemas de refrigeração** e outros, com coleta e destruição em incineradores dos gases HCFCs que têm grande impacto no aquecimento global.
- d. Regulamentar a Lei n.º 12.047 de tratamento e reciclagem de óleos e gorduras de uso doméstico.** No Estado de São Paulo, em 2005, foi aprovada a Lei nº 12.047, que instituiu o Programa Estadual de Tratamento e Reciclagem de Óleos e Gorduras de Origem Vegetal ou Animal de Uso Culinário. O Programa visa justamente que o poder público incentive ações de reciclagem destes óleos e gorduras. Ocorre que até hoje, passados 5 anos da aprovação da Lei, nada foi feito pelo poder público. Para reverter essa situação propomos a imediata regulamentação da Lei nº 12.047 e amplo apoio para: (i) implantar uma rede de pontos de coleta de óleos e gorduras de uso doméstico em todas as cidades do Estado, em supermercados, condomínios residenciais, feiras públicas e órgãos públicos, etc.; (ii) a ampla divulgação desta rede de pontos de coleta pela internet, de modo que as pessoas possam encontrar o local de coleta mais próximo; (iii) incentivo para a formação de cooperativas de coleta e reciclagem; (iv) campanhas de conscientização para a destinação correta; e (v) incentivo para o transformação do óleo e gordura coletados em resina para tintas, sabão, detergente, glicerina, ração para animais e biocombustível.

O processo de licenciamento ambiental não pode ser obstáculo ao investimento



**e. Proibir a utilização de sacolas plásticas em todo o Estado de São Paulo**, de forma gradual e progressiva, alcançando num primeiro momento as grandes redes de lojas e supermercados e, posteriormente, as empresas comerciais de pequeno porte. Esta proibição será acompanhada de incentivo à utilização de sacolas reutilizáveis e de conscientização junto aos consumidores. Em alguns municípios paulistas a proibição do uso de sacolas plásticas e sua substituição já são obrigatórias por lei, como em Osasco, Guarulhos, Jundiaí, Sorocaba e Caçapava. Mais recentemente (em 16.7.2010) entrou em vigor no Estado do Rio de Janeiro a Lei Estadual nº 5.502/2009, que visa promover a substituição de sacolas plásticas por sacolas reutilizáveis. Em 2007, no Estado de São Paulo, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei que obrigava a utilização apenas de sacolas oxibiodegradáveis, mas foi vetada pelo fato de estudos indicarem que embora se decomponham mais rapidamente, o fazem em forma de milhares de pequenos “farelos”, que, por sua vez, permanecem por décadas na natureza. Existe também o risco de que acabem atingindo os rios e poluindo o solo.

**f. Elaborar um plano para se eliminar o consumo de lâmpadas incandescentes** no Estado. Dentre os diversos tipos de lâmpadas existentes no mercado, a incandescente ainda é a mais utilizada, devido ao seu preço reduzido. As lâmpadas fluorescentes, no entanto, têm uma vida útil maior e o consumo menor de energia elétrica, embora tenham um preço final para o consumidor mais elevado. Portanto, vamos criar uma política de desincentivos tarifários para que a menor eficiência energética das lâmpadas incandescentes possa se refletir no preço final pago pelos consumidores, levando à sua substituição.

**g. Prevenir as queimadas que ocorrem devido à ação humana.** Embora os períodos de seca aumentem o risco de queimadas, é importante ter em mente que, muitas vezes, elas se devem a algumas práticas agrícolas que persistem apesar das evidências de suas consequências danosas. O fogo ainda é muito utilizado para limpar o solo para plantio, sendo esta uma das maiores pressões sobre as florestas. Utiliza-se também o fogo para recuperação de pastagens, forçando a rebrotação de novo capim. Trata-se de uma técnica rudimentar e mais barata, podendo ainda estar associada a atividades criminosas como extração ilegal de madeira ou uso de

fogo não autorizado pelo órgão ambiental. Nossas propostas de combate a queimadas incluem (i) a formação de equipes de combate a incêndios florestais, devidamente treinadas e equipadas; (ii) a elaboração de planos de prevenção; (iii) o controle mais rígido das autorizações para utilização do fogo na agropecuária; (iv) o fomento ao aproveitamento da biomassa da cana-de-açúcar para geração de energia; (v) o incentivo a utilização de técnicas na agricultura e pecuária que não utilizem o manejo do fogo.

**h. Regularizar no Estado o mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+) florestal,** tal como aprovado no Sistema Nacional de Mudança Climática em 2009.

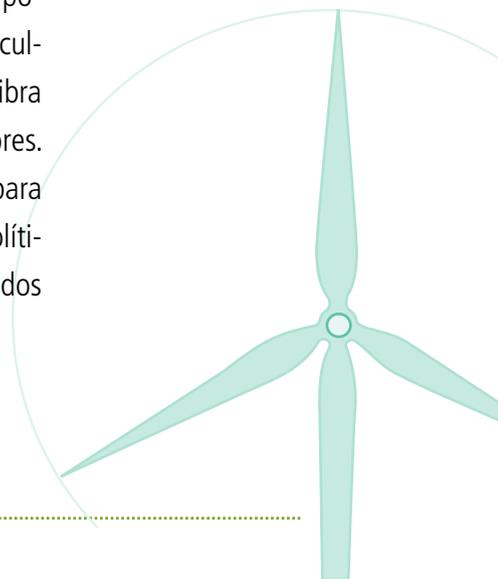
**i. Fomentar a adoção de novas tecnologias e processos de transporte mais limpos e eficientes.** Vamos reduzir a participação do transporte rodoviário na matriz do Estado, atualmente por volta de 90%. A começar pela revisão do sistema de cobrança do ICMS sobre o transporte rodoviário. O frete rodoviário hoje em São Paulo paga menos ICMS do que o frete intermodal. Quando há a necessidade de trocar a carga para outro sistema de transporte, como trem ou hidrovia, paga-se mais do que se a carga fosse transportada por meio rodoviário. Vamos usar seletivamente o ICMS para desestimular energias sujas. Nos novos contratos de concessão das ferrovias paulistas vamos permitir a utilização da malha ferroviária por várias empresas. Assumimos o compromisso de construir o Ferroanel e Hidroanel Metropolitanos. Vamos estabelecer limites mais estritos que os nacionais de eficiência e emissões para automóveis comercializados em São Paulo.

**j. Incentivar a iniciativa privada a construir parques eólicos que aproveitem o regime de ventos da costa paulista,** da Serra da Mantiqueira e dos municípios do interior. Reino Unido, Alemanha, Dinamarca, Holanda possuem grandes parques eólicos oceânicos (*offshore*). Se podemos buscar petróleo a 300 km da costa e a 8 km de profundidade, podemos produzir energia pelos ventos com muito menos recursos e dificuldades. Além disso, São Paulo é um grande produtor de pás eólicas de fibra de vidro para exportação, mas não produz o maquinário para os geradores. São componentes de alta tecnologia e alto valor agregado, exportados para o mundo todo por europeus e norte-americanos. Vamos adotar uma política de incentivos agressiva para que esses equipamentos sejam produzidos aqui em São Paulo, em sinergia com a indústria de aviação paulista.

**REDUÇÃO** da participação do transporte rodoviário

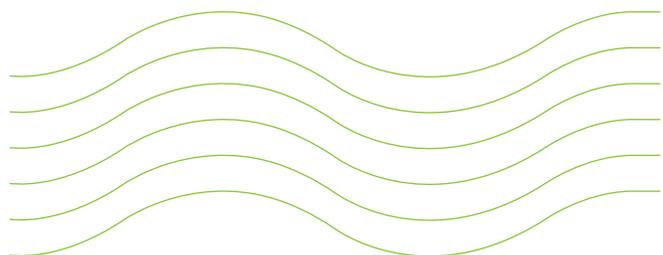
**REVISÃO** do sistema de cobrança do ICMS sobre o transporte rodoviário

**PARQUES EÓLICOS**

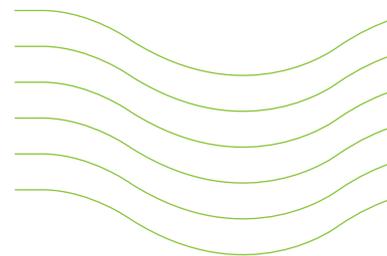


O sistema de hidrovias poderá contribuir para aliviar os congestionamentos excessivos e diminuir a poluição na RMSP.

- k. Reordenar e direcionar os investimentos e subsídios em transportes** de forma a orientar e estruturar o crescimento e mobilidade nas grandes cidades do Estado, que estão entre as mais afetadas do país.
- l. Criar a Agência Reguladora de Transportes Coletivos para as Regiões Metropolitanas** que terá como missão integrar modais, otimizar frotas e itinerários e reduzir o tempo de viagens, entre outros.
- m. Ampliar a oferta de ciclofaixas, ciclovias e ligações intermodais** que facilitem o uso da bicicleta nos deslocamentos urbanos.
- n. Investir na implementação do Sistema de Hidrovias na Região Metropolitana de São Paulo**, tanto para transporte de cargas pesadas – resíduos e insumos da construção civil e commodities agrícolas – como para transporte de passageiros. Os corpos hídricos da Região Metropolitana de São Paulo há décadas vêm sendo estudados para navegação, por diversos órgãos públicos e privados. O sistema de hidrovias poderá contribuir para aliviar os congestionamentos excessivos e diminuir a poluição nesta região do Estado. Os rios Tietê e Pinheiros encontram-se espacialmente integrados a algumas das principais infraestruturas de transporte existentes na região e contam com espaços públicos disponíveis para uso em transporte, sem exigirem grandes desapropriações. As obras de ampliação da calha no rio Tietê definiram o trecho navegável com 41 km, começando na barragem de Edgard de Souza, em Santana de Parnaíba, passando pela eclusa no Cebolão, e atingindo a barragem da Penha, no município de São Paulo. Com a construção de eclusa na barragem da Penha, cujas instalações encontram-se parcialmente implantadas, e a execução de serviços de desassoreamento, será possível incorporar mais 14 km ao trecho navegável, estendendo-o até São Miguel. Posteriormente, poderá ser incorporado à Hidrovia o canal do rio Pinheiros, com mais 25 km de via navegável, mediante investimentos para a transposição de obstáculos representados pela estrutura do Retiro e pela barragem de Traição. A operação da Hidrovia na região exigirá a interação dos governos do Estado, da Prefeitura de São Paulo e dos municípios da Região Metropolitana. Nosso governo não medirá esforços para promover a sua inserção na matriz regional de transportes, com planejamento e implementação das conexões intermodais.



- o. **Aprimorar o Projeto de Lei nº 242/1998 que institui a Política Estadual de Controle da Poluição Veicular e de Transporte Sustentável.** Tendo em vista que o principal desafio para a redução de emissões de gases de efeito estufa do Estado de São Paulo se concentra nas emissões provenientes do transporte (aproximadamente 30%), é necessário **diversificar os modais de transporte** visando à eficiência energética e a redução de emissões. Para tanto, será priorizado e aprimorado o Projeto de Lei nº 242/1998, elaborado pela Secretaria de Meio Ambiente em 1997 e enviado à Assembleia Legislativa pelo então governador Mário Covas, de modo a complementar as normas já estabelecidas na Política Estadual de Mudanças Climáticas e avançar em questões como qualidade do ar (por meio do estabelecimento de padrões de emissões por poluentes conforme preconizado pela Organização Mundial da Saúde) e eficiência no transporte (por exemplo com a diversificação dos modais de transporte). Para alcançar o controle da poluição veicular também será dado completo apoio para a aprovação do Projeto de Lei nº 1187/2009, que cria o Programa Ambiental de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso no Estado de São Paulo – IM/SP. Desta forma, a bem sucedida experiência de inspeção e manutenção veicular que já acontece no Município de São Paulo poderá ser expandida para outras grandes cidades e regiões do Estado, possibilitando um controle e monitoramento maior da emissão de gases poluentes e ruído da frota em circulação.
- p. **Fomentar, por meio de investimentos públicos em infraestrutura, o aumento da produção de biocombustíveis no Estado,** levando em conta os critérios de incorporação da dimensão socioambiental em toda a cadeia produtiva.
- q. **Abrir linhas de crédito e incentivos fiscais e tributários** que dêem condições para que o **parque industrial paulista** seja referência na utilização de **meios alternativos de energia** em todo seu processo produtivo, por meio do uso de energia renovável, utilização de tecnologias mais eficientes em novas instalações e tecnologia de captura e armazenamento de carbono.



Atualização e capacitação de famílias de baixa renda e 3ª idade

**r. Inovar nas políticas ambientais** por meio da **criação de instrumentos** tais como: mercado de reservas legais, bancos de mitigação e outras iniciativas que permitam tornar mais efetiva a aplicação da legislação hoje disponível em São Paulo, mantendo as exigências existentes, a exemplo do código florestal. O fortalecimento da gestão de Áreas Protegidas terá como base o sistema de pagamento de serviços ambientais.

**s. Adequar o sistema educacional paulista aos desafios do desenvolvimento** sustentável no século XXI, com educação ambiental, capacitação profissionalizante ampla (inclusive para primeiro emprego de jovens, ex-detentos, minorias e populações tradicionais) e o reforço do ensino de um segundo idioma na rede pública.

**t. Utilizar a infraestrutura da rede pública de ensino** para oferecer cursos de atualização e capacitação para as famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda e para a terceira idade.

Manual do automóvel com informação sobre as emissões de poluentes para cada quilômetro rodado.

**u. Adotar a rotulagem das emissões veiculares.** Todo automóvel comercializado no Estado de São Paulo deverá indicar em seu manual suas emissões de poluentes para cada quilômetro rodado. Esta informação também deverá estar disponível ao consumidor no ato da compra. Este tipo de informação é de enorme importância para que o consumidor possa comparar os diversos modelos de automóveis também no que tange às suas emissões de poluentes, assim como já o faz com relação ao acabamento, combustível utilizado, potência do motor etc.



## 2) A transformação do Estado em centro dinâmico de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia sustentável.

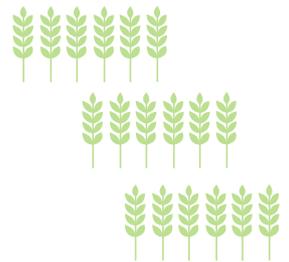
FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA

Transferência de recursos para pesquisas inovadoras de interesse público

São Paulo não é apenas um Estado economicamente forte, é também o Estado com a maior concentração de cientistas, universidades e centros de pesquisa do Brasil. Nosso compromisso é fortalecer as instituições de pesquisa existentes no Estado, com transferência de recursos para pesquisas inovadoras de interesse público que possam resultar na produção de conhecimento e tecnologia orientados ao desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, nosso compromisso é transformar o Estado no maior centro de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias sustentáveis, com as seguintes ações:

- a. Ampliar o investimento em pesquisa e tecnologia sustentáveis.
- b. Desenvolvimento de linhas de P&D focadas na produção de conhecimento que permitam melhorar as práticas atualmente exercidas por agricultores e pecuaristas.
- c. Investir em parcerias público-privadas para melhorar a gestão da produção de tecnologia e disseminação do conhecimento.
- d. Incentivar a **pesquisa em práticas agrícolas e manejo florestal sustentáveis**, que combinem a elevada capacidade de produção dos sistemas modernos com práticas conservacionistas, além de produzir novos conhecimentos provenientes da experiência dos agricultores. Esse tipo de pesquisa deve contemplar as necessidades socioambientais dos diferentes agroecossistemas.
- e. Aumentar a **formação de Doutores**, tanto nas universidades públicas como privadas, em áreas técnicas e científicas relevantes para o desenvolvimento de inovações requeridas pelo desenvolvimento sustentável.
- f. Aumentar os recursos destinados à intercâmbio de PhDs. Nosso propósito é atrair o maior número possível de pesquisadores de grandes centros de referência em produção de conhecimento na área de tecnologia sustentável e, ao mesmo tempo, viabilizar o **treinamento de pesquisadores brasileiros** nestes centros.



**BRASIL: UMA ECONOMIA  
DE REFERÊNCIA E  
CREDIBILIDADE MUNDIAIS**



### **3) Apoio e investimentos direcionados ao desenvolvimento dos setores criativos da sociedade.**

#### ***Como descomoditizar a economia?***

É inegável que as taxas de crescimento e de investimento no Brasil têm transformado o país em uma economia de referência e credibilidade mundiais. A inflação está controlada, a renda do brasileiro cresceu e, conseqüentemente, seu poder de consumo aumentou. E, ainda, as taxas de desemprego têm apresentado queda nos últimos anos.



POLÍTICAS QUE  
GARANTIRÃO A BASE  
SUSTENTÁVEL PARA  
NOSSO CRESCIMENTO.

No entanto, não há garantia de que isso se sustente no médio e no longo prazo. Todo esse crescimento ainda é pautado nas bases frágeis de uma imensa liquidez no mercado financeiro internacional, que embute o risco de redução drástica de nossas reservas de uma hora para outra. Além disso, novos países têm entrado com força na exportação de *commodities* antes produzidas no Brasil. A China e pequenos países da Ásia têm-se destacado na competição mundial pela ocupação agressiva no cenário de exportações de produtos manufaturados. Por isso, não se pode garantir que o Brasil seja capaz de superar, sem abalos, as novas crises econômicas mundiais que poderão surgir na próxima década, mesmo porque outros países emergentes têm mostrado condições de fornecer a preços muito mais baratos os produtos que o Brasil exporta, ameaçando nossa economia. Os países da União Europeia, os Estados Unidos, Japão, Coreia e China, já perceberam que é preciso redirecionar a produção para bens de alto valor agregado, de alta tecnologia e de baixo impacto ambiental.

INVESTIMENTOS EM  
SETORES CRIATIVOS  
DA SOCIEDADE

Em São Paulo, isso se torna crucial. Ao invés de investir em “guerras fiscais” com outros Estados, é preciso aproveitar o momento favorável da nossa economia e pensar nas políticas que garantirão a base sustentável para nosso crescimento. Para competir no mundo atual entendemos que é preciso se diferenciar, aproveitar recursos que são únicos em nosso país. **É preciso apostar na criatividade, explorar novas oportunidades, investir em ativos baseados no conhecimento** (os ativos intangíveis), no empreendedorismo dos cidadãos, tornando viável a produção de bens e serviços diferenciados e originais.

A cidade de São Paulo, além de ser o grande centro econômico do país, também é conhecida mundialmente como um centro de grande dinamismo cultural. Mas São Paulo não é simplesmente a capital. O Estado é formado por mais de seiscentos pequenos e médios municípios que juntos com a capital abrigam mais de 40 milhões de brasileiros. Esses brasileiros do nosso Estado precisam de investimentos que vão além da saúde e do desenvolvimento da infraestrutura urbana e rural, **áreas de investimentos imprescindíveis para garantir a qualidade de vida da população e a continuidade do crescimento.** No entanto, para que o crescimento do Estado seja pautado em bases sustentáveis, nosso governo será marcado por amplos investimentos em setores criativos da sociedade, respeitando a diversidade e as necessidades de milhões de paulistas.

---

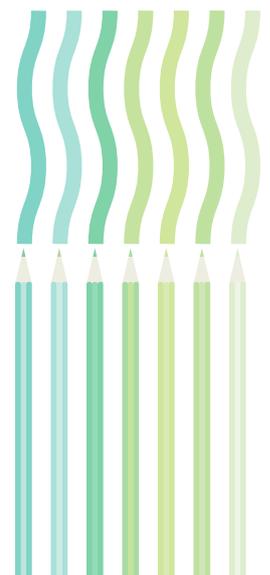
Os setores criativos compõem uma **cadeia complexa e interdependente de mão-de-obra** que perpassa a produção de conhecimento em novas tecnologias, setores automobilísticos, *design* de moda, indústria têxtil, calçados, artesanato, filmes e vídeos, arquitetura, música, publicações, *software*, serviços de computação, edição, gráficas e tantos outros, que dependem da ampliação do conhecimento e de investimentos no potencial inovador e criativo dos trabalhadores.

Outro importante setor criativo se refere ao patrimônio cultural de nosso Estado, tanto os bens de natureza material – como edificações, conjuntos urbanos, sítios de valor histórico etc. – como o de natureza imaterial – as formas de expressão, os modos de fazer, manifestações artísticas etc. Estes bens são portadores de identidade e história do Estado de São Paulo.

FOMENTO DE UMA  
ECONOMIA TURÍSTICA  
DE VALORIZAÇÃO DO  
PATRIMÔNIO CULTURAL

Podemos citar, por exemplo, a Bolsa Oficial de Café em Santos, estações e ferrovias construídas no século XIX que ligavam as cidades do interior ao litoral, a arquitetura de sobrados, Casas de Câmara e Cadeia, ruínas de engenho e de antigas fazendas de café, caminhos bandeirantes e de tropeiros etc. Não menos importante também devemos citar as cavalhadas, Festas do Divino, modos de fazer comida típica e instrumentos musicais, as diversas manifestações folclóricas do interior, o modo de viver dos carreiros etc. Todo este patrimônio cultural material e imaterial deve ser reconhecido e preservado, cabendo ao governo do Estado de São Paulo fomentar o desenvolvimento de uma **economia turística de valorização** deste patrimônio, gerando e distribuindo renda localmente.

A exemplo de outros países que têm prosperado na economia criativa com a geração de mais empregos nestes setores e com maiores remunerações, o governo do Estado de São Paulo, em parceria com o governo federal, setores privados e organizações não governamentais da sociedade, criará plenas condições para alavancar o crescimento dos setores criativos, pois acreditamos que este é o caminho para o desenvolvimento sustentável da economia de São Paulo e do Brasil. O ambiente para levar adiante essas ações ainda é precário no Estado: apenas 11% das cidades possuem cinema; 37% têm algum tipo de Centro de Cultura (90% na região metropolitana); 25% têm teatro, sendo 89% na região metropolitana; e apenas 5% possuem algum tipo de Consórcio Intermunicipal de Cultura.



Para que os resultados desse investimento possam prosperar e resultar em políticas públicas eficazes, não basta estimular a pesquisa e a produção de conhecimento apenas nas universidades e principais centros tecnológicos do Estado. É preciso incluir a sociedade de modo efetivo neste processo, ampliando e melhorando a **qualidade da educação**, garantindo o acesso de todas as crianças, jovens e adultos à escolas públicas de qualidade e à informação. É necessário **aperfeiçoar as habilidades de ensino** dos professores em áreas inovadoras, tornando-os capazes de preparar com responsabilidade as futuras gerações que serão responsáveis por uma economia baseada nas diretrizes sustentáveis e na geração de “**empregos verdes**”.

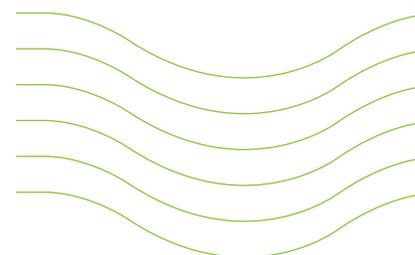
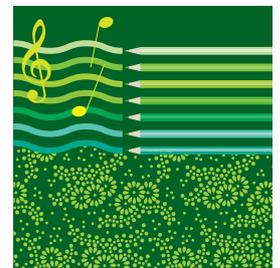
Serão pontos centrais de nossos esforços e investimentos:

- a. A elaboração de um “**Atlas da Criatividade no Estado de São Paulo**” que identifique o potencial de desenvolvimento dos setores criativos e induza à conscientização dos governos locais e da população sobre a importância econômica desse setor.
- b. Criar o **Fórum Paulista de Economia Criativa**. O objetivo é promover o diálogo entre governo e sociedade. As fronteiras rígidas que existiam entre os papéis do governo, das organizações não-governamentais e da academia estão superadas e são necessários novos desenhos institucionais que permitam a interação entre vários setores na definição de políticas públicas. O Fórum será presidido pelo Governador porque as medidas a favor da economia criativa que adotaremos requerem integração de políticas intersetoriais, e o único que pode arbitrar quando há conflitos entre secretarias, ou entre níveis de governo é o chefe do executivo estadual. O Fórum será um canal de diálogo com outras iniciativas importantes na área da economia criativa como o Conselho de Economia Criativa criado pela FECOMÉRCIO.
- c. Gerar uma linha de fomento dedicada especificamente aos setores criativos com maior capacidade de gerar emprego e renda.
- d. Coordenar os gastos da área cultural com o objetivo de formar um público consumidor de bens e serviços culturais em suas várias manifestações como dança, música, pintura, fotografia, cinema, entre outras, e também a formação de mão de obra qualificada para essas atividades.



- e. Criação de cursos técnicos de capacitação nas áreas de maior potencial de criatividade identificadas no Atlas de Criatividade do Estado, principalmente nas áreas ligadas à eficiência energética, saúde e bem-estar, e uso racional de recursos naturais.
- f. Ampliar o **acesso à internet** nas escolas da rede pública e nas áreas rurais, por meio de parcerias público-privadas e, simultaneamente, oferecer cursos de especialização em pesquisas de conteúdo na Rede, destinados aos professores. O objetivo destes cursos é capacitá-los para explorar a *internet*, criticar as informações disponíveis e, principalmente, orientar os alunos a utilizarem as novas tecnologias disponíveis em diversas pesquisas educativas. O uso da *internet* exige preparo para pesquisa de conteúdo. Entendemos que não é suficiente mandar o aluno fazer uma pesquisa no Google se ele não souber discernir as informações que são relevantes daquelas que não servem para seus propósitos. **Não basta jogar um computador nas mãos de alunos e professores.** Temos que ensiná-los a pesquisar. Isso não é tão fácil quanto parece.
- g. Promover o **aproveitamento econômico do patrimônio natural** para fins de turismo e de lazer, conciliando a conservação ambiental, a geração de emprego e renda e contribuindo para o desenvolvimento territorial, a começar pelo Zoneamento Ecológico Econômico de todo o Estado.
- h. Propor e atuar pela aprovação de Projeto de Lei para reconhecimento e registro do **patrimônio cultural imaterial**, a exemplo de manifestações artísticas, celebrações, modos de fazer e viver etc. Atuar pela aprovação do projeto de Lei que cria o Fundo Estadual de Cultura no Estado de São Paulo. O Fundo abrirá perspectivas para a democratização da Cultura, estimulando o desenvolvimento cultural do Estado, considerando a pluralidade e a diversidade de sua composição demográfica e aprofundando o tratamento interdisciplinar em relação a todas as formas do fazer cultural, com ampliação qualitativa e quantitativa do acesso dos cidadãos à Cultura. Esse Fundo também viabilizará e fortalecerá a participação do terceiro setor, através das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

Capacitação para explorar a *internet*, criticar as informações disponíveis e utilizar as novas tecnologias disponíveis em pesquisas educativas



### *O desafio da Copa e das Olimpíadas*

O Estado de São Paulo precisa se preparar para os dois grandes eventos esportivos que serão realizados no Brasil nesta década: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. A abertura da Copa será em São Paulo e as Olimpíadas do Rio de Janeiro terão impacto no país inteiro, a começar pelo trabalho de formação de atletas. Muitos dos jovens que estarão representando o Brasil estão dando os seus primeiros passos no esporte amador nos clubes e nos estádios de São Paulo. Essa é uma ótima oportunidade para estimularmos a economia do Estado com programas para o turismo e a criação de uma rede de serviços de treinamento esportivos – atividades criativas que o nosso programa defende como prioridades.

**Maior importância ao esporte no orçamento público**

Primeiro, temos que atribuir maior importância ao esporte no orçamento público. Apesar da Constituição Federal assegurar a todo cidadão o direito ao esporte e ao lazer, a Secretaria de Esporte Lazer e Turismo do Estado São Paulo tem o menor orçamento entre as Secretarias, não ultrapassando 0,1% do Orçamento do Estado.

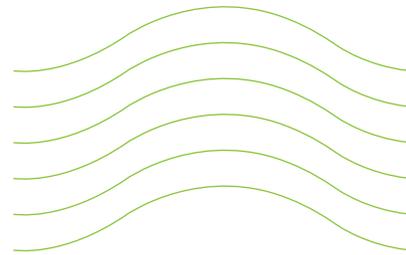
**ESPORTE E LAZER:  
ATIVIDADES  
INTEGRADAS À  
POLÍTICA SOCIAL**

O nosso Governo terá a preocupação de fazer do esporte e do lazer atividades integradas à política social. Vamos atuar para implantar uma cultura esportiva no Estado, a fim de que a população tenha consciência da importância do esporte em suas vidas, seja como prevenção da saúde (diminuindo os gastos com hospitais), como fator educacional (melhorando a qualidade de ensino, com a formação integral do indivíduo), ou ainda, como integração da comunidade (no exercício pleno da cidadania). Por isso propomos:

**a. Desenvolver o esporte amador** em todas as faixas etárias e em todas as modalidades esportivas, valorizando as vocações regionais. Incentivar a realização das Olimpíadas Municipais, incluindo as pessoas da 3ª idade e os portadores de deficiência. A realização desse evento objetiva uma melhor forma de integração da comunidade nos municípios.

**b. Instalar Centros Olímpicos** nas diversas regiões do Estado em parcerias com os municípios e a iniciativa privada, como base para a Olimpíada de 2016 no Brasil. Serão realizados convênios com universidades para a pesquisa e o fomento científico do esporte.

- c. Incentivar** a realização de **Copas de Futebol Amador**, resgatando os torneios de várzea, os campeonatos rurais e as competições metropolitanas. O futebol, como base da formação de uma cultura esportiva, deve ser estimulado em todas as faixas etárias, em especial, com a proximidade da Copa de 2014 no Brasil.
- d. Desenvolver o Esporte nas unidades prisionais**, como forma de melhorar a qualidade de vida dos apenados e como instrumento de apoio no processo de recuperação de seus vínculos sociais.
- e. Estruturar as áreas protegidas para os esportes de aventura e o ecoturismo**, com potencial econômico para as comunidades locais e regionais.



#### 4) Promover a economia dos ecossistemas e da biodiversidade

##### *O valor da natureza*

A biodiversidade sustenta o funcionamento dos ecossistemas dos quais dependemos para alimentação, água potável, saúde, lazer, além de proteção contra desastres naturais. Na COP-6, realizada em 2002, na Holanda, lideranças mundiais concordaram em reduzir de modo efetivo a taxa de perda da biodiversidade até 2010 como contribuição para a diminuição da pobreza e para benefício de todas as formas de vida na Terra. No entanto, o Panorama da Biodiversidade Global 3 mostra que as metas não foram atingidas praticamente em nenhum país, inclusive no Brasil, e que em alguns casos, as pressões sobre a destruição da biodiversidade intensificaram-se (a perda de habitat, o uso não sustentável e a superexploração de recursos, as mudanças climáticas, as espécies exóticas invasoras e a poluição).

2010 – ANO  
INTERNACIONAL DA  
BIODIVERSIDADE



A ONU declarou 2010 o Ano Internacional da Biodiversidade para contemplar o prazo acordado pelas lideranças para diminuir a degradação da biodiversidade. Em outubro deste ano, especialistas e lideranças do mundo todo se reunirão em Nagoya, capital da Província de Aichi, no Japão, para desenvolver um novo plano estratégico, incluindo os meios para execução e mecanismos para avaliar e monitorar os objetivos globais que são compartilhados pelas Partes. **Não há mais tempo para reflexão sem ações.** Precisamos agir com clareza nos próximos anos a fim de reverter este cenário.

Se a natureza não for contabilizada no sistema econômico global, o meio ambiente se tornará cada vez mais frágil e exposto a pressões externas.

O valor econômico dos ecossistemas e da biodiversidade global será um dos eixos centrais do debate internacional entre especialistas na COP-10. O argumento subjacente à necessidade de mensurar o valor econômico da natureza foi desenvolvido pelo estudo TEEB (The Economics of Ecosystems and Biodiversity), com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. O estudo defende que se a natureza não for contabilizada no sistema econômico global, o meio ambiente se tornará cada vez mais frágil e exposto a pressões externas, colocando a **vida humana e a economia mundial** em uma situação de **grande vulnerabilidade**.

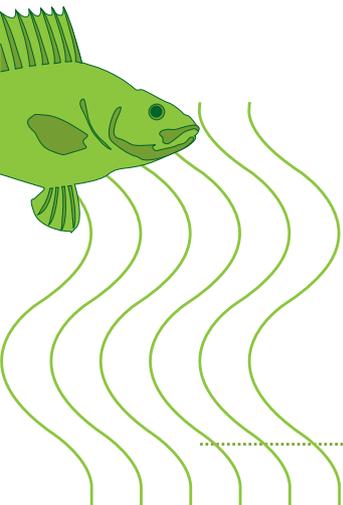
Existe praticamente consenso entre especialistas do mundo todo de que a perda contínua de florestas, animais silvestres, solos, pântanos e recifes de coral tem impacto negativo sobre o desenvolvimento econômico. Infelizmente, o valor objetivo da perda da biodiversidade, incluindo os bens e serviços ecossistêmicos, é ainda pouco ou nada conhecido pelos gestores públicos e pela sociedade em geral, comprometendo a eficiência e o compromisso da administração pública com a preservação dos recursos naturais e com investimentos voltados para a produção econômica da biodiversidade e dos ecossistemas. Em pouco tempo a mensuração do valor econômico da natureza se tornará o principal mecanismo para direcionar a atuação de lideranças políticas, empresariais e da sociedade civil, no sentido de implementar políticas públicas efetivas para preservá-la e, ao mesmo tempo, promover a geração de bens e serviços ecossistêmicos e produzir riquezas em âmbito nacional e regional.

10 áreas protegidas no Amazonas movimentam uma média anual de US\$ 1,76 milhão e geram 218 empregos diretos.

Tomando apenas um exemplo concreto, para se ter uma ideia, na Amazônia, segundo diagnóstico publicado pela TEEB, os serviços ecossistêmicos que são gerados por áreas protegidas injetam três vezes mais dinheiro na economia do Estado do que a pecuária extensiva. Em dados mais exatos, 10 áreas protegidas no Amazonas movimentam uma média anual de US\$ 1,76 milhão e geram 218 empregos diretos.

Como governo do Estado de São Paulo, iremos nos empenhar para desenvolver a Política Estadual da Biodiversidade, com o objetivo de implementar ações concretas para reduzir a perda de biodiversidade e garantir a exploração sustentável de seu potencial econômico. A Política Estadual da Biodiversidade terá como metas centrais:

- a. Proteger o **bioma da Mata Atlântica** no Estado de São Paulo, assegurando a plena implementação da Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006),



bem como os fragmentos remanescentes de Cerrado. Introduzir um novo modelo de gestão das unidades de conservação paulistas com vistas a integrá-las ao desenvolvimento regional de São Paulo, valorizando atividades como o ecoturismo e a pesquisa sobre a biodiversidade e seus usos econômicos.

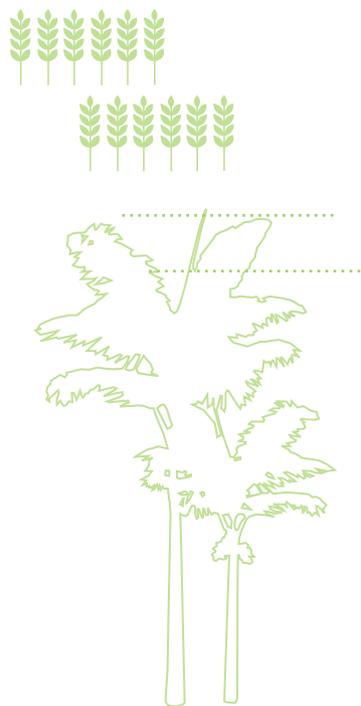
- b.** Criar **incentivos econômicos e fiscais** para estimular proprietários de terras, especialmente os de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), a manter suas áreas preservadas ou a restaurá-las, garantindo a conservação da biodiversidade.
- c.** Fortalecer o **planejamento territorial** e implantar a **Avaliação Ambiental Estratégica e o Zoneamento Ecológico Econômico** como elementos norteadores das atividades produtivas e das ocupações das áreas mais vulneráveis em termos de seus impactos climáticos.

**Inclusão na lei do ICMS Ecológico os fatores sobre qualidade das unidades de conservação, medidas para conservação da qualidade das águas e para tratamento dos resíduos sólidos gerados,**

- d.** Revisar a Lei do **ICMS Ecológico** no Estado de São Paulo. O ICMS Ecológico foi criado como forma de incentivar a criação de unidades de conservação pelos municípios bem como para compensar a criação destas unidades por parte dos Estados (o que faz com que municípios tenham uma limitação de uso na porção de seu território onde as unidades estão situadas). Em São Paulo, a Lei 8.510, de 29 de dezembro de 1993 instituiu o ICMS-Eco, tendo sido um dos primeiros Estados a adotar esta forma de incentivo para a criação e manutenção de unidades de conservação. A iniciativa visa inserir no cálculo do repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos municípios, novos critérios de avaliação, como a extensão das áreas com unidades de conservação, possibilitando um repasse maior deste imposto ao município com áreas protegidas. Ocorre que ao longo destes quase 30 anos de vigência do ICMS Ecológico no Estado de São Paulo muita coisa mudou, por exemplo, as categorias de unidades de conservação, estabelecidas pela Lei Federal n.º 9.985/2000. Neste período, leis sobre ICMS Ecológico de outros Estados aperfeiçoaram o sistema de modo muito positivo, a exemplo de Minas Gerais (Lei Estadual nº 13.803/2000) e Rio de Janeiro (Lei Estadual nº 5.100/2007). Estes Estados passaram a incluir como fatores de cálculo a qualidade da cobertura vegetal das unidades de conservação, a situação fundiária (pagamento de desapropriações para criação da unidade), se a unidade possui plano de manejo, qualidade de sua infraestrutura (se possui sede administrativa e equipamentos para fiscalização etc.) e, até mesmo, as características ambientais dos municípios, tais como tratamento de esgoto e tipo de destinação final do lixo. Em São Paulo vamos aperfeiçoar a Lei para incluir fatores sobre qualidade das unidades de conservação, medidas para conservação da quali-

dade das águas e para tratamento dos resíduos sólidos gerados, a exemplo de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

- e. Aprovar e implementar a **Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais**, que remunere populações tradicionais e proprietários de terra pela manutenção e restauração de áreas de mananciais e florestas.
  
- f. Ampliar a verba destinada ao Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo – o **Biota-Fapesp** – e para o Instituto Virtual da Biodiversidade. Lançado em março de 1999, o Programa Biota-Fapesp tem entre seus objetivos inventariar, mapear e caracterizar a **biodiversidade do Estado de São Paulo**, incluindo fauna, flora e microrganismos, avaliar as possibilidades do uso sustentável de plantas ou de animais com potencial econômico e subsidiar a formulação de políticas de conservação. É importante ressaltar que o conhecimento gerado por iniciativas como o programa Biota tem se traduzido em políticas públicas, na forma de resoluções, decretos e leis, a exemplo do Decreto nº 53.939, de 6 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução da regeneração natural, compensação e composição da área de Reserva Legal de imóveis rurais no Estado de São Paulo. Após mais de dez anos do Programa, ainda existem diversos campos nos quais o conhecimento pode ser aprofundado, como, por exemplo, entender o funcionamento de ecossistemas como o Cerrado e Mata Atlântica.
  
- g. Desenvolver o **sistema de mensuração do valor utilitário** do uso e não uso de bens e serviços dos ecossistemas do Estado, como uma ferramenta para avaliar as implicações econômicas da perda de biodiversidade.
  
- h. Criar novas linhas de fomento para pesquisa e desenvolvimento relacionadas ao uso econômico da biodiversidade, como **ecoturismo** e o uso de material genético para o desenvolvimento de **novos produtos farmacêuticos e cosméticos**.
  
- i. Promover um **programa agrícola de diversificação dos sistemas produtivos** por meio da consorciação ou da rotação de culturas, da fusão da produção animal e vegetal, ou por meio da expansão dos sistemas agroflorestais. Quanto maior a diversidade de espécies em um agroecossistema, maior será a sua estabilidade e menor a necessidade de insumos externos, trazendo vantagens agronômicas e econômicas.



- j. Incentivar políticas que promovam a **melhoria e a proteção dos solos** por meio do plantio direto, da manutenção da cobertura vegetal, da substituição progressiva de fertilizantes solúveis pela adubação verde, orgânica ou por biofertilizantes. A adoção dessas práticas diminui a compactação e a erosão dos solos, a contaminação ambiental, particularmente da água, as perdas de diversidade biológica e a emissão de gases que provocam o efeito estufa.
- k. Promover a progressiva **redução do uso de agroquímicos nocivos à saúde** e ao ambiente por meio do emprego, sempre que viável, do controle biológico ou de produtos fitossanitários atóxicos. Essas práticas tendem a reduzir a pressão sobre os agroecossistemas e ampliam sua capacidade de resiliência e sua durabilidade.
- l. Garantir a **sustentabilidade do sistema de áreas protegidas** por meio da cobrança e pagamentos de serviços ambientais.
- m. Implementar a **Procuradoria de Defesa do Meio Ambiente**, criada pela Lei Complementar nº 900/2001, que terá como finalidade de representar o Estado na defesa do meio ambiente natural, artificial e do trabalho e assessorar a administração estadual em assuntos de natureza ambiental.
- n. Fiscalizar e incentivar o cumprimento da medida provisória 2166-67/2001 que determina que a **Reserva Legal (RL)** não se sobrepõe às Áreas de Preservação Permanente, e que para a Mata Atlântica o percentual é de 20% variando para outros biomas. A recomposição vegetal da Reserva Legal é obrigatória em um prazo de 30 anos.
- o. Fiscalizar e incentivar o cumprimento do Decreto 53.939/2009 que dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução da regeneração natural, compensação e composição da área de Reserva Legal de imóveis rurais no Estado de São Paulo.
- p. Regulamentar por meio de Decreto Estadual os critérios e procedimentos a serem observados para a alteração dos limites e de categoria das Unidades de Conservação, atendendo às regras gerais já estabelecidas pela Lei Federal nº 9.985/2000. Dentre outros, o Decreto em questão deverá dispor sobre o conteúdo mínimo dos Planos de Manejo e estudos científicos destinados à revisão do limite ou categoria de manejo, e a iden-

O uso de agroquímicos nocivos à saúde tende a reduzir a pressão sobre os agroecossistemas e ampliam sua capacidade de resiliência e sua durabilidade.

tificação, caracterização e cadastro das comunidades tradicionais eventualmente existentes no interior de unidade de conservação. A proposta foi discutida com o Instituto Socioambiental (ISA) e está em sintonia com o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na Ação Direta de Inconstitucionalidade (Processo nº 153.336-0/5, ajuizada pelo Ministério Público e que contou com a provocação por parte da SOS Mata Atlântica e Fabio Feldmann) da Lei Estadual 12.406/2006 que havia criado o Mosaico de Unidades de Conservação da Jureia-Itatins.

### *Gestão dos recursos hídricos*



A **gestão dos recursos hídricos** é outro elemento fundamental na nossa visão de uma economia sustentável. A atual Política Nacional de Recursos Hídricos, sancionada em janeiro de 1997, tramitou por mais de 15 anos no Congresso Nacional e teve como um de seus principais relatores o deputado Fábio Feldmann.

Inspirada nos avanços observados na gestão de águas de vários países, em especial da França, essa política incorporou diversas inovações e disciplinou a hierarquia nacional para a gestão das águas do país. Criou o **Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos**, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, estabeleceu as diretrizes para a formação dos **comitês de bacias**, bem como definiu os instrumentos da gestão de recursos hídricos, incluindo os planos de bacias, os sistemas de informação sobre recursos hídricos, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, a outorga de direito de uso e o enquadramento dos cursos d'água em classes de uso.

Trata-se, portanto de uma política moderna, consistente e suficiente para fazer avançar as relações produtivas que se valem da água como insumo básico, garantindo o respeito à integridade das bacias hidrográficas brasileiras.

No entanto, é fundamental que haja comprometimento dos governos e esforços da sociedade para fazer essa legislação e seus instrumentos avançarem e servirem de fato ao disciplinamento do acesso a esse recurso essencial.

O nosso governo estará empenhado em garantir um diálogo efetivo e constante entre os entes que compõem a espinha dorsal do sistema nacional de

---

recursos hídricos, em especial, os comitês de bacias. São esses os compromissos que estamos assumindo, não apenas para serem perseguidos pelo governo de nosso Estado, como para a cooperação com os demais órgãos do país que também buscam a garantia da água para toda a população brasileira:

- a. Garantir que os Comitês de Bacias Hidrográficas (“CBHs”) decidam as matérias de competência das bacias onde vivem e trabalham seus membros. Significa dizer que as soluções devem ser buscadas e equacionadas por aqueles que compartilham os problemas, fazendo com que as ações necessárias para a recuperação das águas sejam decididas nestes fóruns. Nesse contexto os municípios que integram as bacias têm muito a contribuir já que o planejamento do uso de solo, que é de sua competência exclusiva, tem tudo a ver com a situação dos recursos hídricos.
- b. Criar políticas públicas orientadas para **captação de água das chuvas** e aumento da permeabilidade dos solos, principalmente nos ambientes urbanos das bacias hidrográficas do Estado.
- c. Atuar para que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, órgão responsável pela aplicação da política, promova, a partir da aglutinação dos planos de bacia, a compatibilização no âmbito estadual das ações preconizadas por seus CBHs.
- d. No plano Federal estaremos empenhados em garantir que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabeleça os objetivos a serem adotados em todas as regiões hidrográficas do país, levando em conta a busca da qualidade e para o atendimento dos **diversos usos da água** que a sociedade demanda.

As soluções devem ser buscadas e equacionadas por aqueles que compartilham os problemas



## 5) Educação adequada às necessidades de nosso tempo

### *O que você quer fazer daqui a vinte anos?*

Nenhum Estado tem sofrido tanto quanto São Paulo a escassez crescente de trabalhadores qualificados em áreas estratégicas. A superação dessa situação dar-se-á pelo investimento intensivo em todos os níveis da educação formal, fundamentalmente ao ensino médio, pela ampliação do acesso às tecnologias e pelo desenvolvimento de outros espaços de aprendizagem.



UM SISTEMA EDUCACIONAL DE QUALIDADE SERÁ A BASE PARA A ECONOMIA VERDE, A ECONOMIA CRIATIVA, A EXPANSÃO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA SUSTENTÁVEIS

Vamos preparar de modo efetivo e abrangente os jovens para as profissões do futuro que garantam nossa inserção em um mercado internacional cada vez mais competitivo. A **economia verde**, a **economia criativa**, a **expansão da ciência e da tecnologia sustentáveis** dependem de um sistema educacional de qualidade, pois a base desta nova economia está no conhecimento. Por isso, associaremos empreendedorismo com educação e criaremos unidades embrionárias de pequenos negócios para os estudantes do ensino médio onde eles aprenderão a elaborar e aplicar projetos dirigidos ao desenvolvimento econômico sustentável.

O ensino fundamental é a base do processo de expansão do sistema educacional e de nossa luta pela qualidade. Nos últimos anos temos acompanhado os resultados de nossos alunos em sistemas de avaliação internacionais, como por exemplo, o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA). Os resultados não são nada otimistas. Os alunos brasileiros têm apresentado um péssimo desempenho em matemática, leitura e ciências. Em 2006, nossos alunos obtiveram médias que os colocam na 53ª posição em matemática (entre 57 países) e na 48ª em leitura (entre 56). Em ciências, 61% tiveram desempenho que os colocam abaixo do nível 1 (um), de uma escala que vai até 6 (seis), indicando que o conhecimento científico é extremamente limitado. Não podemos descuidar dessas disciplinas básicas que permitirão que estes alunos sejam bem sucedidos em qualquer carreira do futuro.

Nossas propostas para educação são:

INVESTIMENTOS QUE APRIMOREM O ENSINO NO ESTADO

- a. Dar **prioridade política e orçamentária à educação** com o objetivo de melhorar a qualidade da educação básica. É preciso assegurar investimentos que aprimorem o ensino no Estado e a ampliação dos valores per capita anual investidos por aluno.
- b. Não abrimos mão da necessidade de **avaliar a atuação e a qualificação dos professores**, pois sem um sistema de avaliação e premiação não há como melhorar a qualidade do ensino. Por isso vamos manter e aprofundar o sistema de metas e bônus de desempenho atualmente adotado pelo Estado de São Paulo. Vamos também valorizar o docente com a definição de um plano de carreira e a criação de um programa de formação continuada.
- c. **Flexibilizar o trabalho do aposentado**. O Brasil está passando por uma transição demográfica importante. Em 1992, a população com mais

SISTEMA DE METAS E BÔNUS DE DESEMPENHO PARA PROFESSORES ESTADUAIS

de 60 anos representava 7,9% e hoje representa 10,6%. Isso nos obriga a pensar o papel que os **aposentados e idosos** terão na sociedade e, sobretudo, a buscar formas de **valorizar sua participação nas atividades econômicas e sociais**. As pessoas têm mais tempo de vida produtiva e podem continuar contribuindo para a sociedade com o seu trabalho. No caso específico da educação, os aposentados podem desempenhar um papel importante no esforço de melhoria da qualidade do ensino. Em primeiro lugar, será preciso mudar as regras para que os aposentados possam continuar trabalhando e receber complementações de acordo com a carga horária dedicada ao ensino e à administração.

- d. Articular o **atendimento à primeira infância** com as áreas de educação, saúde e assistência social. Apoiar a ampliação de instalações apropriadas, com condições básicas de higiene e profissionais qualificados, para que as mães possam trabalhar com tranquilidade, sabendo que seus filhos estão sendo cuidados em ambientes adequados e com a devida atenção.
- e. Desenvolver **políticas alternativas**, como creches públicas com cogestão e supervisão comunitárias, com intuito de garantir qualidade, aliadas à programas de apoio à família com transferência de renda e capacitação relativa aos cuidados de saúde e ao desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças.
- f. **Descentralizar a rede de ensino** de 1ª à 4ª série. Uma rede descentralizada com participação dos municípios permite distribuir melhor as responsabilidades e adequar melhor a demanda à oferta. É importante garantir aos municípios um papel cada vez maior no ensino da 1ª à 4ª série enquanto o Estado deve se concentrar no ensino das disciplinas da 5ª série em diante.
- g. Retomar as discussões sobre o **método de alfabetização**, pois questionamos a opção por um método único de ensino de orientação teórica construtivista. A orientação construtivista foi introduzida no Brasil com mais força a partir da década de 1980. Mas isso tem sido feito sem considerar nenhum critério objetivo de avaliação da eficiência desse método. Alguns estudos têm mostrado que o construtivismo gerou um abismo entre as crianças de setores de baixa renda e crianças de escolas particulares.

**POPULAÇÃO BRASILEIRA  
COM MAIS DE 60 ANOS:**

1992 : 7,9%

2010 : 10,6%



LABORATÓRIOS MODERNOS  
VOLTADOS PARA A  
PESQUISA EMPÍRICA

Quanto menor a escolaridade das famílias das quais os alunos são oriundos, mais difícil é para o professor ensinar e para o aluno aprender com base nesse tipo de método. O problema não pode ser travado como uma questão ideológica. Ao Estado cabe introduzir mecanismos de avaliação empíricos e comparativos criteriosos antes de definir os métodos de alfabetização que podem ser utilizados na rede pública. Além disso, as escolas precisam adquirir maior autonomia para definir seus próprios parâmetros de alfabetização de acordo com a necessidade de seus alunos. Isto é o que fazem os países mais comprometidos com a educação de seus alunos.

- h. Criar o **programa de acompanhamento especial** para as turmas de 5ª à 8ª séries. A escola irá escolher dois professores que acompanharão a turma nos quatros últimos anos do Ensino Fundamental. Um professor será de Matemática e outro de Português, pois são assuntos necessários a todas as demais disciplinas. Esses professores serão uma referência para estas turmas, porque, em geral, da 1ª à 4ª série, o aluno tem um professor só e quando entra na 5ª série ele passa a ter vários professores. Esta situação os torna muitas vezes inseguros diante dessa nova situação que exige um amadurecimento emocional maior. Os professores que forem selecionados pela escola terão contato mais próximo aos alunos e aos pais, identificarão os problemas de cada um deles e, junto com o coordenador pedagógico da escola, formarão grupos de reforço para os alunos.
- i. Capacitar as escolas para o **ensino prático de Ciências Naturais** (Química, Física e Biologia). Para isso investiremos na construção de laboratórios modernos voltados para a pesquisa empírica. Neste ambiente, os computadores serão auxiliares dos professores no ensino dos métodos das Ciências Naturais, permitindo que os alunos possam aprender a pesquisar no contexto das explicações científicas.
- j. Desenvolver programas que possam aproximar os alunos, na prática, aos métodos da ciência, familiarizando-o com as **profissões do futuro**: as profissões da economia verde, da economia criativa, da ciência e da tecnologia. Precisamos preparar toda uma geração para pensar melhor o meio ambiente, o descarte adequado de resíduos sólidos, a reciclagem, o valor da água e da nossa biodiversidade.
- k. Assinar acordos com as universidades públicas e privadas para que os alunos sejam inseridos em **projetos de caráter científico**. Por exemplo,

■ ECONOMIA VERDE

■ ECONOMIA CRIATIVA

■ CIÊNCIA

■ TECNOLOGIA

os alunos aprenderiam a coletar mosquitos numa pesquisa sobre o mosquito da dengue.

- l.** Ampliar a **Escola de Tempo Integral**, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio. As escolas de tempo integral permitem trabalhar a cognição das crianças e dos adolescentes de forma mais completa, suas emoções, habilidade motoras e a socialização. No tempo integral, os alunos também terão reforço nas disciplinas de Português e de Matemática – essas disciplinas terão prioridade no currículo no ciclo fundamental. Além do reforço, as crianças terão oportunidades de atividades culturais, esportivas e a escola irá se articular com a comunidade, oferecendo abrigo a atividades sociais, educacionais e esportivas.
- m.** Garantir a disseminação da **educação ambiental** em toda a sociedade, segundo estabelecido pela Lei nº 9.795/99, de autoria do candidato a Governador, deputado Fabio Feldmann, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. A lei define educação ambiental como o processo de construção de valores sociais, habilidades, atitudes, competências e conhecimentos individuais e coletivos, voltados à preservação do meio ambiente e seu uso sustentável. Estabelece diretrizes e parâmetros para que a educação ambiental seja estabelecida em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal, considerando importantes e atribuindo funções aos atores: Poder Público, órgãos integrantes ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), meios de comunicação em massa, empresas e sociedade privada e a sociedade como um todo.
- n.** Criar o programa de **Educação para o Consumo Sustentável e Consciente** na rede pública de ensino fundamental e médio segundo o modelo proposto pelo Instituto Akatu. O consumo é um dos nossos grandes instrumentos de bem-estar, mas precisamos aprender a produzir e consumir os bens e serviços de uma maneira diferente da atual, evitando-se que a produção e o consumo contribuam para aprofundar as desigualdades sociais e o desequilíbrio ambiental.
- o.** Concentrar o investimento no ensino médio e profissionalizante. Definir parâmetros contemporâneos para o ensino médio que promovam o crescimento do número de matrículas e evite a evasão de alunos.

O consumo é um dos nossos grandes instrumentos de bem estar, mas precisamos aprender a produzir e consumir os bens e serviços de uma maneira diferente da atual

ACESSO À EDUCAÇÃO DE  
QUALIDADE POR TODOS  
OS ALUNOS DA REDE  
PÚBLICA.

ASSOCIAÇÃO DE  
EMPREENDEDORISMO  
COM EDUCAÇÃO  
VOLTADA PARA AS  
PROFISSÕES DO FUTURO

O livro e a leitura  
são vetores para as  
mudanças culturais

- p. Promover o **ensino técnico como a prioridade do sistema** e em direta conexão com as atividades profissionais e as necessidades do setor privado, incluindo-se a atualização profissional para inserir os trabalhadores nos novos mercados de trabalho. Entendemos que para evitar a evasão e garantir o acesso democrático ao ensino médio e profissionalizante é preciso muito mais do que a execução de uma política de progressão continuada entre os anos letivos. A melhoria do sistema educacional como um todo depende, fundamentalmente, de promover o acesso à educação de qualidade por todos os alunos da rede pública. Por isso, nossa prioridade é destinar recursos ao ensino médio da rede pública de modo a transformá-lo em uma referência na qualidade de ensino no país.
- q. Desenvolver o **currículo escolar para o século XXI** com a inclusão de temas que integrem a atuação profissionalizante e o pleno exercício da cidadania, como o ensino de idiomas, o uso de *softwares* e da *internet*, empreendedorismo e pequenos negócios criativos, sustentabilidade ambiental, noções básicas de contabilidade e economia.
- r. Associar empreendedorismo com educação e criar unidades embrionárias de **pequenos negócios para os estudantes** de segundo grau, principalmente os negócios voltados para as profissões do futuro: as profissões da economia verde, da economia criativa, da ciência e da tecnologia sustentáveis.
- s. Fortalecer a educação no meio rural e disseminar novos conhecimentos e tecnologias, principalmente por meio dos órgãos de extensão rural. A **educação formal no meio rural**, tanto no ensino básico quanto no profissional, tem **papel estratégico na formação de jovens** aptos a lidar com o desafio da sustentabilidade nas atividades agrícolas.
- t. Fortalecer o **sistema estadual de bibliotecas públicas e escolares** aproximando a sociedade deste espaço cultural. Vamos desenvolver ações de recuperação do espaço físico, adaptar as instalações para portadores de necessidades especiais, ampliar o acesso às tecnologias de informação (computadores, *web*, *e-books* etc.). O livro e a leitura são vetores para as mudanças culturais e as bibliotecas públicas irão, além de atender o público em horários estendidos, desenvolver programas voltados para capacitar bibliotecários, atendentes de biblioteca e os responsáveis pelas bibliotecas escolares.



## 6) Combater as desigualdades, promover os direitos humanos, superar o assistencialismo e construir uma nova geração de políticas sociais e de Direitos

### *O Direito à união civil das pessoas do mesmo sexo*

A união estável entre pessoas do mesmo sexo é um tema que ainda enfrenta polêmica na sociedade e, principalmente, no Congresso. Os projetos de Lei sucessivos que são encaminhados há 15 anos ainda encontram resistência de parlamentares. Nós do Partido Verde, somos totalmente favoráveis à união civil entre pessoas do mesmo sexo e estamos amparados pela Constituição brasileira, a qual estabelece que somos todos iguais perante a Lei, em direitos e deveres individuais e coletivos, sem distinção de crenças, raça e opção sexual. Por isso destacamos o artigo 5, VIII, da Constituição segundo o qual, ninguém será privado de direitos por motivos de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei. Nós, do Partido Verde, respeitamos toda e qualquer manifestação de crenças religiosas, por isso não propomos que a união entre pessoas do mesmo sexo se estabeleça em conflito com as mesmas, mas que seja implementada em harmonia com os direitos e deveres dos cidadãos, segundo estabelecido pela Constituição do Brasil. Por isso propomos:

- a. Apoiar o Projeto de Lei 1.151/95 em tramitação no Congresso, que reconhece a **união civil entre pessoas do mesmo sexo**. Não mediremos esforços para ampliar os direitos de casais homossexuais, tanto no que diz respeito à união civil como nas suas reivindicações de direitos relativos aos benefícios dos cônjuges que sucedem a união civil, como herança, pensão e outros.

### *Promover os direitos humanos*

Defendemos que toda política pública deve ser concebida e desenvolvida tendo como foco a dignidade da pessoa humana, traduzido no respeito e promoção dos seus direitos mais fundamentais: direito à vida, à saúde, à liberdade de expressão, à igualdade, o respeito à intimidade e privacidade etc. Quando falamos



em medidas para controle da poluição e para a preservação dos ecossistemas é porque acreditamos que apenas num ambiente ecologicamente equilibrado e sadio é que o homem pode se desenvolver de modo completo, a começar pelo respeito à sua vida e saúde. O mesmo também vale para as ações que visam melhorar a fluidez, a eficiência e o acesso a um transporte sustentável, pois desta forma garantimos a todos o direito de livre locomoção e a fruição de bens e serviços oferecidos pela cidade, desde o deslocamento digno para o trabalho até a possibilidade de usufruir de teatros, praças, parques, bibliotecas, museus, feiras, eventos etc. que uma cidade pode oferecer. Com a oferta de alimentos mais saudáveis não é diferente, haja vista que alimentos ricos em açúcar, sal e gordura (e pobres em proteínas e vitaminas) são hoje um dos principais fatores que levam à **obesidade** e ao **desenvolvimento de inúmeras doenças** (como diabetes, enfarte, hipertensão arterial etc.), numa clara violação ao direito à saúde e alimentação digna. Desta forma propomos:

Não devemos nos lembrar dos direitos humanos apenas quando eles são violados e quando exigem ações reparadoras.

- a. Desenvolver toda e qualquer política pública tendo, como foco principal, o respeito pelos **direitos mais fundamentais dos seres humanos**. Não devemos nos lembrar dos direitos humanos apenas quando eles são violados e quando exigem ações reparadoras. Ao contrário, devemos ter a utopia e a lucidez de alcançá-los e promovê-los em seu mais alto grau diariamente.
- b. Apoiar o Projeto de Lei do Senado nº 6 de 2003 que institui o **Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência** e desenvolver um Plano Estadual para sua implementação imediata no Estado de São Paulo.

### ***Benefícios sociais que não geram dependência***

O país deu um grande salto nas políticas sociais nos últimos anos superando os métodos assistencialistas de atendimento aos mais pobres (simbolizados pelo programa de Cestas Básicas). Houve evolução para a segunda geração de programas sociais, desenhados de forma menos paternalistas de superação da pobreza extrema, mediante a distribuição de renda direta às famílias com contrapartidas dos beneficiários, como o Bolsa Família. Contudo, é preciso preparar as novas gerações a depender **menos de assistência e mais da criação de riquezas**.



São Paulo deve liderar a adoção de programas sociais de nova geração que amplie os esforços atuais de forma proativa, integrados e adequados às diferentes condições de carência. O objetivo é superar a pobreza por meio da garantia do acesso e da oferta de oportunidades a indivíduos e famílias para a sua inclusão produtiva na sociedade.

Para atingirmos a nova geração de programas sociais desenvolveremos as seguintes ações:

- a. Consolidar e ampliar as boas práticas associadas às políticas e programas sociais.** O programa Bolsa Família, apenas no município de São Paulo, tem 193 mil beneficiários, podendo atender, rapidamente, algo como 327 mil famílias na Capital que se encontram em situação vulnerável. Em todo o Estado encontramos 1,1 milhão de famílias beneficiadas pelo programa. Essa é uma conquista importante que precisa ser, no entanto, preparada para o futuro.
- b. Ampliar e integrar programas sociais dirigidos à erradicação da pobreza.** Dar maior eficácia, eficiência e efetividade ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que hoje funciona como a porta de entrada da assistência social e que desempenha, no Estado, o papel de agente integrador das políticas e programas sociais disponíveis em vários níveis de governo (federal, estadual e municipal), consolidando-os, integrando-os e orientando-os, prioritariamente, para o atendimento das famílias mais pobres do Estado. A meta é a construção do sistema integrado de diferentes programas sociais existentes, em uma única rede de serviços sociais, voltada para o **atendimento prioritário das famílias mais pobres** do Estado. Aos agentes dessa Rede caberá atualizar o Cadastro Único dos Programas Sociais, fornecer informações aos seus usuários e gestores sobre as deficiências, oportunidades e efetividade dos programas sociais e estabelecer, com a família, o **Plano de Desenvolvimento Familiar**.
- c. Transformar a rede de agentes já existente no Programa Saúde da Família (PSF) em rede especializada na prestação de vários outros serviços sociais.** A “Rede de Agentes de Desenvolvimento Familiar” tem a base

**SUPERAR A POBREZA  
POR MEIO DA GARANTIA  
DO ACESSO E DA OFERTA  
DE OPORTUNIDADES A  
INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS**

**CONSTRUÇÃO DE SISTEMA  
INTEGRADO DE DIFERENTES  
PROGRAMAS SOCIAIS  
EM UMA ÚNICA REDE DE  
SERVIÇOS SOCIAIS**



extraordinária onde se assenta: os agentes comunitários do PSF. Só na cidade de São Paulo existem quase 6.000 agentes em 1.000 equipes do Programa, que já atende a 3,5 milhões de pessoas concentradas nas áreas mais pobres da cidade. É preciso enfrentar o corporativismo e atuar de forma integrada. Isto pode melhorar a qualificação e remuneração dos atuais agentes comunitários e aumentar o seu número no Estado, pois novas tarefas devem significar a distribuição mais equilibrada da população que eles atendem.

- d. Priorizar o esforço individual e familiar como a principal estratégia de superação da pobreza. Transformar os beneficiários dos programas sociais em parceiros dotados de protagonismo na escolha das oportunidades que lhes são oferecidas, assim como tornar-lhes cientes de que a superação da situação em que se encontram dependerá principalmente da sua capacidade de aproveitar plenamente tais oportunidades. Agentes especializados auxiliarão as famílias mais vulneráveis a criarem seu próprio **Plano de Desenvolvimento Familiar**, levando-se em conta as necessidades de cada família e definindo-se metas a serem por elas alcançadas.



**EMPREENDEDORISMO  
COMO ESTRATÉGIA  
DE SUPERAÇÃO DA  
POBREZA.**

- e. Diferenciar a produção e a oferta de programas sociais na definição dos usuários dessas oportunidades. É preciso separar produção e gestão, de programas e serviços sociais, da oferta e seleção dos seus usuários. Em consonância com o programa de Marina Silva, propomos a criação da **Rede de Agentes de Desenvolvimento Familiar no Estado**, que será responsável por levar os programas sociais às famílias mais pobres e dar apoio às suas escolhas. Além disso, apresentarão aos produtores e gestores desses serviços os seus usuários preferenciais, garantindo aos beneficiários a possibilidade de inscrição nesses programas.
- f. Estimular o empreendedorismo como estratégia de superação da pobreza. Assegurar que os indivíduos e famílias atendidas pelos programas sociais integrados se sintam instados a buscar melhores condições fora do ambiente de atendimento desses programas, principalmente, tomando **consciência de suas potencialidades** e **desenvolvendo capacidades** que as permitam garantir sua sobrevivência.
- g. Buscar e estimular parcerias público-privadas. É preciso avançar além do modelo do Estado unicamente provedor para o Estado mobilizador e atrair o setor empresarial e as organizações não

governamentais para participarem do esforço de erradicação da pobreza em São Paulo. Tal esforço deverá ser efetivado por meio da associação para executar as políticas e programas sociais integrados, assumindo o lugar de agente econômico principal, capaz de recrutar, treinar e empregar indivíduos e – eventualmente – famílias em atividades produtivas, que façam parte de cadeias de valor relacionadas ao fornecimento de bens e serviços descentralizados, necessários aos seus processos produtivos.

- h.** Estimular as instâncias de **planejamento participativo** voltadas ao **desenvolvimento territorial no meio rural**. Serão implantadas políticas públicas integradas que estimulem arranjos produtivos locais, tendo como base territorial as bacias hidrográficas. Essa estratégia depende de mecanismos participativos de planejamento e de gestão, onde se dão as negociações entre governo, empresas e organizações civis. O objetivo é promover a articulação de esforços em áreas de interesse comum – saúde, educação, turismo, conservação ambiental – e de estabelecer compromissos com ações coletivas que promovam o desenvolvimento territorial.

**ESTUDOS DEMONSTRAM QUE O AUMENTO DA EFICIÊNCIA DO NEGÓCIO, O AUMENTO DA PRODUÇÃO E O ACESSO A MERCADOS INTERNACIONAIS DEPENDEM DO BEM-ESTAR ANIMAL.**

### **Os Direitos dos animais**

Devemos ser humanos com os animais. A busca do aumento da produtividade não pode servir como justificativa para práticas cruéis contra os animais. Frangos e porcos são mantidos em espaços confinados, onde mal podem abrir as asas ou se locomover; as galinhas poedeiras ficam em gaiolas tão apertadas que não conseguem se movimentar; e os vitelos, logo que nascem, têm suas cabeças amarradas e vivem presos em cercados exatamente do seu tamanho para evitar que se exercitem, fazendo com que sua carne continue macia. Também são conhecidas outras práticas, tais como, a iluminação artificial permanente em granjas para que os frangos se alimentem continuamente e o sacrifício de forma cruel de animais com má-formação (especialmente de frangos).

Os céticos sobre a questão argumentam que qualquer alteração dos padrões atuais de criação e abate significará a redução da produtividade e o aumento do preço do produto. Não é dessa forma que vamos tratar esse problema no governo. Existem estudos que demonstram que o aumento da eficiência do negócio, o aumento da produção e o acesso a mercados internacionais dependem do bem-estar animal. Animais bem tratados têm menos doenças e reduzem as perdas econômicas por conta de sua menor mortalidade.



Como deputado, Fabio Feldmann apresentou o Projeto de Lei nº 3929/1989 sobre o abate de animais para consumo, que proibia os matadouros e frigoríficos de utilizarem a marreta e tornava obrigatório o abate por meio de métodos que causassem menor sofrimento. Naquela época, a substituição do método de abate era considerado como risco que poderia levar a um colapso na produção, fato que não se concretizou. Ao longo das duas últimas décadas o tema sobre maus tratos de animais ganhou um destaque cada vez maior, já existindo leis na Europa e Estados Unidos que regulamentam aspectos que visam o bem-estar do animal, como por exemplo, o espaço mínimo para seu crescimento. Há também uma crescente preocupação por parte dos consumidores, que estão exigindo cada vez mais a adoção de boas práticas por parte de frigoríficos, matadouros e até de empresas que industrializam a carne.

- a. Tornar São Paulo o Estado Líder na adoção de boas práticas no manejo de animais e na proibição dos maus tratos. Iremos regulamentar o transporte e a criação de animais, que deverão ser feitos com espaço suficiente para sua movimentação; o livre acesso a água fresca e alimentos; a disponibilidade de áreas para descanso; áreas suficientes para o convívio com outros animais da mesma espécie; a criação sem sofrimento; e a obrigatoriedade de adoção de métodos de atordoamento e abatimento que não causem sofrimento.



## **7) Garantir a segurança, a qualidade de vida e o bem-estar social e preparar a sociedade para enfrentar os malefícios das drogas ilícitas.**

### ***São Paulo pode ter taxas de crime de países avançados no curto prazo***

O Estado de São Paulo teve progressos importantes na segurança na última década e mostrou que é possível diminuir o número de crimes, principalmente os mais violentos, sem a realização de grandes reformas na estrutura institucional da segurança pública. Grandes reformas institucionais custam caro para a sociedade, têm um tempo de maturação longo e seus resultados são difíceis de serem antecipados com clareza devido à complexidade inerente a todo processo de mudança política.



Na última década houve a redução de 66% na taxa de homicídios no Estado. O nosso Governo tem o compromisso com a manutenção desses bons resultados e pretende ampliá-los. Sabemos que não será possível reduzir os crimes violentos da mesma forma que ocorreu na década anterior e que cada ponto a menos das taxas de crimes será conquistada com enorme esforço.

Por isso, precisamos de prioridades claras e foco. Nossas ações na segurança pretendem:

**TOLERÂNCIA ZERO COM  
O CRIME ORGANIZADO**

- a. Priorizar o **combate ao crime organizado** nas prisões e na sociedade. Teremos tolerância zero com o crime organizado. Por seu poder de cooptação e corrupção esse é um problema que exige determinação e atenção. Não menosprezamos a ameaça que essa forma de crime representa para o Estado e para a sociedade e não transigiremos diante da necessidade de punir com o máximo rigor da Lei os criminosos envolvidos com qualquer forma do crime organizado, tais como o tráfico de armas, de drogas, de seres humanos, a biopirataria e a pirataria de produtos.
- b. Adotar **medidas preventivas focadas no controle da desordem pública** (terrenos abandonados, paredes pichadas, lixo jogado nas calçadas) uma vez que esses fatores têm influência direta sobre a localização dos crimes. Vamos criar mecanismos para estimular a Polícia Militar, a Polícia Civil, e, indiretamente, as Guardas Municipais e a população do Estado a cooperar na solução dessas situações que favorecem a ocorrência de crimes. Vamos criar linhas de atendimento direto para que a população possa relatar esses problemas e sugerir soluções. Vamos também investir no treinamento de todos os batalhões da Polícia Militar, para que cada batalhão tenha programas de policiamento orientado a problemas.
- c. **Melhorar a qualidade do atendimento das polícias civil e militar.** Sabemos que, quando a polícia segue procedimentos operacionais bem definidos, não apenas o policial corre menos riscos, como também diminui o risco de todos os envolvidos. Vamos investir em novas tecnologias que permitam o acompanhamento eletrônico do trabalho da polícia. Hoje é possível encontrar no mercado de equipamentos de segurança microsistemas de gravação de áudio e vídeo que podem ser acopladas ao fardamento do Policial Militar, o que certamente facilitaria o controle dos procedimentos realizados em abordagens de suspeitos, controle de multidões, cumprimento de mandados, entre outras operações policiais de maior complexidade. Controle não

**Linhas de atendimento  
direto para receber da  
população relatos sobre  
crimes e sugestões.**

significa podar a iniciativa do policial nas ruas, mas prepará-lo para desempenhar suas funções de forma compatível com os procedimentos definidos pelas próprias polícias e almejados pela sociedade. Permitiremos que a Polícia Militar faça o Boletim de Ocorrência diretamente no local, ao atender chamadas da população. Isso elimina o tempo de deslocamento até as delegacias e libera a Polícia Civil para o exercício de sua missão principal que é a investigação de crimes.

**Ampliação e melhoria do sistema de pronto atendimento da Ouvidoria da Polícia – principal órgão de controle externo das polícias**

**d.** Reforçar os **mecanismos de controle interno e externo das polícias**. A nova Corregedoria de Polícia unificada é um marco importante da política de segurança do Estado e pretendemos reforçar o seu papel no controle interno das instituições policiais, ampliando os seus recursos e a sua infraestrutura tecnológica. A Ouvidoria da Polícia é o principal órgão de controle externo das polícias, o canal de acesso direto da população para fazer reclamações, denunciar abusos, fazer elogios e sugestões. Pretendemos investir na sua ampliação e na melhoria do sistema de pronto atendimento por telefone e *internet*. Quem reclamar ou fizer recomendações de melhorias deve ser capaz de acompanhar o caso pela *internet* ou por meio do sistema de atendimento telefônico.

**e.** **Expandir** o número de **vagas no sistema penitenciário** de forma a garantir o tratamento digno aos apenados e desenvolver **políticas para a reinserção de ex-detentos** no mercado de trabalho, na família e na sociedade. Programas governamentais devem considerar essa população como economicamente ativa e socialmente aceitável, evitando que retornem às praticas criminosas.

**f.** Criar o programa de **Humanização dos Presídios**, sem prejuízo da segurança, do treinamento dos servidores encarregados da administração e do funcionamento das penitenciárias. Introduziremos sistemas tecnologicamente avançados para **prevenir o ingresso de armas, de drogas e de telefones celulares**, garantindo-se a paz e a segurança para todos que têm de conviver no sistema prisional.

**PROGRAMA DE HUMANIZAÇÃO DOS PRESÍDIO**

**g.** Criar o programa de humanização das unidades da Fundação Casa. Houve avanços importantes nos últimos anos no Estado, mas ainda há muito o que fazer. Vamos aumentar a participação do setor não governamental e das organizações sociais na oferta de vagas e na gestão das unidades da Fundação Casa. Vamos investir no treinamento dos servidores encarre-

gados da administração e do funcionamento das unidades. As atividades educacionais e o esporte serão privilegiados.

- h.** Estruturar um pacote de programas voltados para o emprego e a educação dos jovens egressos da Fundação Casa. Temos que dar um forte apoio a esses jovens, pois os que passam pela experiência de uma condenação e de um período de reclusão estão fragilizados e vulneráveis. As medidas que podem fazer diferenças na vida destes jovens exigem recursos financeiros significativos e também uma gestão sofisticada. Criaremos o programa de supervisores de reinserção social para acompanhá-los por um tempo. Vamos trabalhar em uma linha inovadora na qual iremos monitorar as redes sociais desses jovens. Existem redes do bem e redes do mal: queremos aproximá-los da família, da namorada ou do namorado, dos colegas da escola e afastá-los do convívio com outros infratores, das drogas e das situações de risco.
- i.** Apoiar o **estatuto do Desarmamento** (Lei nº 10.826, de 22/12/2003), com ampla fiscalização do comércio e da circulação de armas de fogo em âmbito estadual.
- j.** Incentivar a criação de **redes não governamentais de apoio** ao atendimento das vítimas de violência doméstica, violência de gênero, violência racial, violência contra homossexuais, contra idosos, abuso sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes. Além do atendimento a estas vítimas, incentivos serão direcionados para os trabalhos de **conscientização da população** sobre os **crimes de natureza moral**.
- k.** Ampliar o trabalho do **Cravi – Centro de Referência e Apoio à Vítima**. O Cravi passará a articular todas as iniciativas regionais, governamentais, de proteção à criança, adolescente e mulheres e irá disponibilizar os recursos necessários para o atendimento local das vítimas de abuso sexual, incluindo médicos, psicólogos, assistentes sociais e advogados. Tornam-se centrais neste Programa, **os agentes do Programa Saúde da Família**, os quais serão capacitados para trabalhar com a conscientização da população sobre crimes de natureza sexual, sua prevenção e identificação de crianças com sintomas de abuso, bem como a assistência das vítimas em todo o processo de atendimento.

**Cravi - Centro de Referência e Apoio à Vítima**

- **proteção à criança,**
- **adolescente e mulheres**
- **vítimas de abuso sexual**

**AS ESCOLAS DEVEM  
SER POLICIADAS  
DE UMA FORMA  
ESPECIAL**

- l.** Incluir no formulário do boletim de ocorrência das polícias civil e militar os campos específicos sobre abuso sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes de modo a disponibilizar relatórios precisos com informações sobre este crime.
- m.** Focar as **políticas de segurança nas escolas** no combate à presença de traficantes dentro e nas proximidades, e engajar a comunidade na resistência à cultura da violência. Na última década a violência chegou às escolas. Esse fenômeno tem causas específicas, principalmente o aparecimento da cultura de gangs juvenis e a disseminação de novas drogas entre os adolescentes, como o crack e as drogas sintéticas. As pesquisas de prevalência de drogas entre estudantes mostram que o consumo tem aumentado nas principais cidades do Brasil. As escolas devem ser policiadas de uma forma especial, com muito cuidado para não contaminar o ambiente de aprendizado, mas a segurança para alunos e professores precisa ser total. **Em um ambiente inseguro, ninguém aprende.** Os professores e os dirigentes precisam ser ativos diante deste problema.

***A contribuição da Justiça e o combate à corrupção***

A morosidade da Justiça constitui-se como outro problema a ser enfrentado nessa área. O problema da morosidade dos processos decorre do enorme acúmulo de feitos aos cuidados da Justiça Estadual, que apresenta enorme déficit em seu quadro de juízes e de servidores. Grande parte – senão a maior parte – dessas demandas envolve o Poder Público, em todas as suas esferas. No caso da Justiça Estadual, a maioria das ações diz respeito a pleitos envolvendo a Administração Pública Estadual – direta, indireta e fundacional – e dos municípios, que não se preocupam com a resolução dos litígios extrajudicialmente, ao contrário, provocam a atuação do Judiciário em todos os graus de jurisdição, o que acarreta a lentidão da máquina por excesso de litigiosidade. Para enfrentar a morosidade da Justiça e democratizar o seu acesso propomos:

- a. Modernizar a Justiça**, com a gradativa informatização, digitalização e virtualização dos processos, reduzindo o tempo ocioso dos processos, ou seja, a paralisação em seu andamento em decorrência da burocracia cartó

rária, do excesso de formalismo e da falta de estímulo dos servidores, mal remunerados e mal treinados.

- b.** Adotar mecanismos de **facilitação do acesso à Justiça aos carentes**, não apenas pela disponibilização de assistência judiciária aos mais necessitados, mas também pelo oferecimento de assistência jurídica preventiva e consultiva, mediante a descentralização e multiplicação de postos de atendimento jurídico à população carente, em parceria com a Defensoria Pública e com a OAB, por meio de convênios.
- c.** Adotar medidas de **aperfeiçoamento** e de **fortalecimento** da Procuradoria Geral do Estado e da Advocacia Pública, em geral, como instituições indispensáveis à Administração Pública, no controle da legalidade dos atos administrativos e da despesa pública.
- d.** **Fortalecer o Ministério Público**, na condição de defensor da sociedade e da probidade administrativa, dando-lhe condições materiais e recursos humanos compatíveis com a importância de suas atribuições.
- e.** Para **combater a corrupção nos órgãos públicos** do Estado adotaremos o modelo estabelecido pelo Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção criado pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social em parceria com a Patri Relações Governamentais & Políticas Públicas, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crime (UNODC) e o Comitê Brasileiro do Pacto Global/ONU. Adotaremos medidas para que as empresas públicas e aquelas nas quais o Estado tem participação acionária adiram ao Pacto, tais como a **verificação da razoabilidade nos pagamentos** feitos a terceiros e a adoção de código de conduta ética.
- f.** Apoiar a ampliação do **Projeto Adote um Município (A1M)**, uma iniciativa de combate à corrupção criada pela União dos Auditores Federais de Controle Externo – Auditar, entidade representativa dos servidores do Tribunal de Contas da União, em parceria com a ONG Amigos Associados de Ribeirão Bonito – Amarribo, que conta com o apoio de diversas outras entidades, incluindo o Instituto Ethos e a Transparência Brasil. Iniciativa bem-sucedida de controle social das contas públicas, que resultou na prisão do prefeito que desviou recursos públicos e tem sido replicada em mais de 80 municípios em todo o País. “O Ministério Público tem tido, desde 1988, um papel fundamental na investigação dos casos de desvio de recursos públicos e corrupção”.

ASSISTÊNCIA JURÍDICA  
PREVENTIVA E  
CONSULTIVA

Apesar de contar com o apoio de servidores públicos na qualidade de voluntários, trata-se de uma iniciativa coordenada por entidades da sociedade civil organizada. Para isso o A1M criou uma sistemática na qual participam pessoas da comunidade e funcionários públicos da área de controle de finanças.

**g.** Aprimorar continuamente o **Portal da Transparência do Estado de São Paulo**, de modo a permitir um acompanhamento cada vez mais minucioso por parte da população.

É preciso dar transparência aos critérios para definição de prioridades de investimento e possibilitar à sociedade o acesso aos dados por meio de protocolos abertos.



**h.** Dar **transparência e livre acesso à informação**. Mais do que abrir as informações sobre os gastos, é preciso dar transparência aos critérios para definição de prioridades de investimento e possibilitar à sociedade o acesso aos dados por meio de protocolos abertos. Outro instrumento a ser utilizado para alcançar uma ampla transparência será a elaboração, pelas empresas pertencentes ao Estado de São Paulo, de relatórios de sustentabilidade conforme as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI). A elaboração de relatórios de desempenho econômico, ambiental e social permitirá uma adequada prestação de contas à sociedade, que por sua vez poderá acompanhar o alcance das metas estabelecidas para as empresas.

**i.** Apoiar os projetos de Lei em tramitação no Congresso nº 5.586/2005 e 7.528/2006. O Conselho da Transparência e Combate à Corrupção propôs a elaboração de um anteprojeto de **lei de criminalização do enriquecimento ilícito** que hoje tramita no Congresso Nacional: 7.528/2006. Destaca-se, também, para maior adequação da legislação brasileira aos termos da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (CNUCC), o Projeto de Lei 5.586/2005 atualmente em tramitação no Congresso Nacional, que tipifica o crime de enriquecimento ilícito. O projeto de lei foi encaminhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo como adequação ao artigo 20 da CNUCC.

### ***Devemos estar preparados para as catástrofes***

Devemos estar preparados para enfrentar as consequências das chuvas, inundações, deslizamentos de morros, quedas de barreiras em estradas e inúmeras outras situações que causam danos à saúde pública e mortes. As mudanças climáticas e a ocupação desordenada do solo farão milhares de “refugiados ambientais”, que precisarão ser atendidos e acolhidos. Consideramos urgente a consolidação

da política pública estadual de Defesa Civil, capaz de articular os municípios e o governo do Estado ao objetivo de fazer frente às ameaças e riscos que, cada vez mais, afetam e afetarão a vida de todas as pessoas em situações de calamidades públicas. Por isso assumimos o compromisso de:

- a. Ampliar a dotação orçamentária da Defesa Civil do Estado e atuar para que a política de Defesa Civil torne-se, de fato, uma política pública de Estado, consistente e permanente com a articulação planejada e com base em metas entre o governo do Estado e os municípios.
- b. Teremos tolerância zero com ocupações de risco e de áreas de interesse ambiental do Estado.

É urgente a consolidação da política pública estadual de Defesa Civil,

### *Diminuir o custo social das drogas*

A legislação brasileira sobre drogas tem sido continuamente modificada com o objetivo de tornar as penas mais leves para o consumidor de drogas. A Lei 7.134 de 2004 estabelecia o fim da pena de prisão para usuários e dependentes de drogas e em 2006 a Lei 11.343 estabeleceu um amplo conjunto de medidas e programas de assistência aos usuários ou dependentes baseados no sistema de saúde e praticamente eliminou o papel do sistema de segurança pública no controle e prevenção do problema no âmbito do consumo.

A nova legislação brasileira não só eliminou a pena restritiva de liberdade para o porte destinado ao consumo pessoal, como estendeu esse benefício àqueles que adquirem, guardam, transportam e até mesmo cultivam plantas que se prestam à preparação de drogas capazes de causar dependência física ou psíquica.

O nosso governo está preparado para enfrentar esse tema e atuar de forma a minorar as consequências para a sociedade da política tolerante com o consumidor de drogas que o país adotou como modelo. A tendência observada nos principais Estados do Brasil de aumento do consumo de drogas tem consequências diretas para serviços de atendimento de jovens no sistema SUS e para as políticas de controle urbano desenvolvidas pelas prefeituras do Estado. Há uma relação entre a desordem e o crime cujo vetor é o consumo de drogas. Isto contribui para que a administração pública em diferentes níveis tenha que assumir mais responsabilidades na gestão das políticas de segurança pública, na medida em que a sociedade passa a sofrer mais diretamente a carga do aumento do consumo de drogas. Por isso propomos:



- a. Com base na Lei nº 11.343/2006, artigo 19, parágrafo 7, o qual estabelece “a obrigatoriedade de tratamento especial dirigido às parcelas mais vulneráveis da população, levando em consideração as suas necessidades específicas”, propomos que o Sistema Único de Saúde no Estado crie vagas suficientes para atender a demanda por internação voluntária ou ordenada pela Justiça de toxicodependentes.

### *Uma agenda básica para a Saúde*

São Paulo é um Estado em que a população está concentrada em áreas urbanas e um dos grandes desafios do século XXI é, justamente, garantir o crescimento sustentável das cidades e a ampliação dos mecanismos de participação democrática. As questões que afetam o desenvolvimento urbano devem ser encaradas como estratégicas para o Estado no curto, médio e longo prazo, com o objetivo de superar déficits de saneamento e habitação, aumentar a eficiência na gestão das cidades por meio de mecanismos que garantam recursos para os municípios financiarem o seu desenvolvimento urbano, onde o governo federal e o governo estadual têm o importante papel de induzir políticas e ações que integrem e articulem a promoção do desenvolvimento humano e a qualidade de vida de seus habitantes.

As questões que afetam o desenvolvimento urbano devem ser encaradas como estratégicas para o Estado no curto, médio e longo prazo

Nossas metas para assegurar a sustentabilidade e a qualidade de vida no ambiente urbano são:

- a. **Aprimorar a capacidade de gestão e planejamento do setor de saúde**, garantindo o financiamento estável para o SUS e aprofundando a universalização do acesso dos usuários do Sistema de Saúde com obediência rigorosa da Emenda Constitucional nº 29/2000. O foco das políticas estará voltado para a atenção básica e para a ampliação da capacidade de prevenção do SUS. Vamos diminuir as desigualdades de acesso que ainda existem e minorar as diferenças de infraestrutura entre as regiões do Estado.
  - b. Apoiar o **Programa de Saúde da Família (PSF)** criando incentivos para que os municípios possam expandir o Programa em quantidade e qualidade.
  - c. **Qualificar e valorizar o profissional de saúde** com investimentos em formação continuada em parceria com as universidades e empresas e garantir o uso racional de novas tecnologias na saúde.
-

- d. Propor uma **legislação** e um **sistema de monitoramento e controle** que proteja a saúde da população no que tange ao uso de gorduras trans, açúcares, sódio e resíduos de pesticidas nos alimentos. Em relação aos combustíveis **estabelecer padrões de qualidade** com vistas a proteger o meio ambiente e a saúde pública que seja compatível com a legislação adotada nos países da União Europeia, Canadá e nos Estados Unidos.
- e. Monitorar permanente da **quantidade de resíduos de agrotóxico** presente nos alimentos e a divulgação destes dados aos consumidores, o estabelecimento de um limite rigoroso para a quantidade de resíduos permitida, a proibição de utilização de substâncias que já foram banidas em outros países e, para o médio prazo, uma transição para uma agricultura inteiramente orgânica. Creio que desta forma contribuiremos para a prevenção de doenças e para a conservação do meio ambiente.
- f. **Incentivar hábitos mais saudáveis na população.** Para gerar uma demanda mais consciente, vamos investir em programas de reeducação alimentar e incentivos a um estilo de vida mais saudável, que levem em conta práticas de exercícios constantes. Para isso, vamos contar com a ampliação do Programa Saúde da Família, em quantidade e qualidade. O agente familiar será o elo entre famílias mais carentes do Estado e os programas públicos e privados de assistência social. Além de selecionar os beneficiários cadastrados, o agente estabelecerá planos de desenvolvimento personalizados de alimentação saudável e exercícios físicos e monitorará a evolução dos beneficiários com regularidade.
- g. Tornar **obrigatório** no Estado de São Paulo o uso da chamada **Embalagem Especial de Proteção à Criança (EEPC)** em medicamentos e produtos químicos de uso doméstico que apresentem potencial risco à saúde. Estas embalagens especiais são projetadas de modo a dificultar a sua abertura por crianças com até 5 anos, já sendo adotadas nos Estados Unidos e em diversos países europeus. É importante destacar que o Código de Defesa do Consumidor prevê que os produtos colocados no mercado de consumo não devem apresentar riscos à saúde e à segurança dos consumidores. Sobre a obrigatoriedade de EEPC, tramita na Câmara dos Deputados desde 1994 um projeto de lei de autoria do deputado Fabio Feldmann (Projeto de Lei n.º 4.841/94), mas que ainda não foi votado pela Câmara. Em São Paulo, tornaremos obrigatória a adoção de EEPC, que certamente será um bom exemplo a ser seguido pelos demais Estados.

TRANSIÇÃO  
PARA UMA  
AGRICULTURA  
INTEIRAMENTE  
ORGÂNICA

INVESTIMENTO  
EM PROGRAMAS  
DE REEDUCAÇÃO  
ALIMENTAR E EM  
ESTILO DE VIDA MAIS  
SAUDÁVEL, com  
prática de exercícios  
constantes



- h.** Tornar **obrigatória a informação** da presença de OGM (Organismos Geneticamente Modificados) no rótulo dos alimentos e ingredientes alimentares de modo a permitir que o consumidor faça, de modo adequadamente informado, sua opção pelo produto transgênico ou não. A Lei Federal nº 11.105/2005 estabeleceu normas de segurança para a comercialização de OGM e determinou que alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano que contenham ou sejam produzidos a partir de OGM apresentem em seus rótulos esta informação (conhecida como “rotulagem de transgênicos”). Mas esta Lei não tem sido cumprida.
  - i.** Articular o acesso ao saneamento básico às ações de superação do déficit habitacional e de promoção da saúde. Manter investimentos constantes, progressivos e melhor distribuídos no Estado visando **aumentar o ritmo de superação do déficit de acesso à rede de coleta e tratamento de esgotos**, embora atualmente quase 90% dos domicílios no Estado de São Paulo tenham infraestrutura urbana considerada adequada, o esgoto gerado é na sua maior parte lançado nos corpos d’água sem nenhum tratamento, problema que inclusive afeta os mananciais de abastecimento.
  - j.** Estabelecer um **sistema de metas de prestação de serviços de saneamento básico** para a companhia estadual de saneamento, e reformar o marco regulatório dos serviços de saneamento com o objetivo de ampliar a participação dos municipais e dos prestadores privados nos serviços de saneamento.
  - k.** Criar uma política que garanta **100% de acesso à água potável em 4 anos** e a proteção dos mananciais de abastecimento de água.
  - l.** Criar **diretrizes e incentivos** para o desenvolvimento de programas estruturados de **coleta seletiva e reciclagem** nos municípios do Estado, visando fomentar a inclusão econômica dos “catadores” e cooperativas de reciclagem. Fomentar ações e programas para aprimorar e ampliar o tratamento, disposição e reutilização de resíduos industriais e inertes, em especial os resultantes da construção civil.
  - m.** Colocar a saúde bucal como prioridade da política de saúde. Vamos criar um programa de **distribuição gratuita de pastas, escovas e fio dental** nos postos de saúde. Estes produtos serão fabricados pelo governo usando as mesmas regras dos genéricos.
  - n.** Desenvolver **campanhas de saúde bucal** por meio de filmes educativos adequados a cada período escolar (de acordo com a idade e suas linguagens), valendo-se de uma linguagem atraente e de fácil compreensão.
-

- o. Criar **programas de colocação de próteses dentárias**. Contratar dentistas em número suficiente para atender todas as unidades de saúde e acompanhar os pacientes desde o início do tratamento até a sua conclusão. Em casos de alta necessidade de serviços especializados, os consultórios privados do Estado funcionariam como os hospitais privados, sendo obrigados a atender 20% da população que dependem do Sistema Único de Saúde (SUS) .

### As novas ameaças à saúde

Uma em cada três crianças brasileiras de 5 a 9 anos está acima do peso, de acordo com dados do IBGE levantados entre 2008 e 2009. Os dados do Ministério da Saúde sobre o Estado nutricional dos usuários da atenção básica à saúde para o Estado de São Paulo mostram que 37% dos homens e 17% das mulheres, entre 10 e 20 anos, apresentam sobrepeso. A obesidade está diretamente associada a doenças graves como hipertensão arterial, diabetes, enfarte, acidente vascular cerebral, câncer e afetam profundamente a qualidade de vida, além de gerar problemas psicológicos, como baixa autoestima e problemas de relacionamento.

Alimentação inadequada e a falta de atividades físicas são as principais causas da obesidade. A inatividade física é um problema sério em São Paulo: 53% dos jovens entre 20 e 24 anos não praticam exercícios físicos. Estimativas globais indicam que doenças decorrentes de padrões alimentares pouco saudáveis e sedentarismo determinam cerca de 60% do total de mortes que ocorrem em todo o mundo e quase metade do total da carga de doenças.

Vamos enfrentar esse problema com políticas públicas centradas na demanda por produtos saudáveis e na atividade física e no **controle da oferta de produtos, alimentos ricos em açúcares, sal e gorduras** com as seguintes medidas:

- a. Para gerar demanda mais consciente, vamos investir em **programas de reeducação alimentar** e incentivos a um **estilo de vida mais saudável**, que levem em conta práticas de exercícios constantes. O caminho mais imediatamente viável que vemos para isso diz respeito ao direciona-

#### OBESIDADE:

- 37% dos homens e 17% das mulheres, entre 10 e 20 anos, apresentam sobrepeso.

#### OBESIDADE – AS PRINCIPAIS CAUSAS:

- alimentação inadequada
- falta de atividades físicas



O agente familiar será o elo entre famílias mais carentes do Estado e os programas públicos e privados de assistência social.

mento de incentivos municipais para que estes ampliem, em quantidade e qualidade, o atendimento dos agentes do Programa Saúde da Família. O agente familiar será o elo entre famílias mais carentes do Estado e os programas públicos e privados de assistência social. Além de selecionar os beneficiários, o agente estabelecerá planos de desenvolvimento personalizados e monitorará a evolução dos beneficiários com regularidade.

- b. Conforme o posicionamento manifestado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.937, que versava sobre a competência do Estado para proibir a comercialização de produtos com amianto, pode o Estado legislar com vista à proteção da saúde. Portanto, do ponto de vista da oferta de alimentos, vamos seguir o exemplo da Califórnia que aprovou a **lei proibindo** os restaurantes e comerciantes de alimentos de utilizarem **gorduras do tipo trans** (que estão ligadas às doenças cardíacas), bem como **aumentar a oferta de alimentos saudáveis nas escolas** do Estado e regulamentar ainda mais o conteúdo das propagandas de alimentos infantis e as quantidades de açúcar, sal e gorduras nos alimentos comercializados no território paulista.

### **Assistência neonatal**

Estima-se que quatro milhões de recém-nascidos faleçam a cada ano no mundo, perfazendo 36% dos óbitos de crianças com menos de cinco anos. A saúde neonatal é uma área na qual as desigualdades econômicas, o acesso precário ao sistema de saúde e/ou a presença de sistemas de saúde de qualidade questionável têm consequências dramáticas. Basta verificar que 98% das mortes de recém-nascidos ocorrem nos países mais pobres do mundo e que, para cada óbito neonatal, estima-se a ocorrência de um óbito fetal.

No Brasil, a mortalidade neonatal tornou-se o componente mais importante da mortalidade infantil a partir de 1993, passando a representar, em 2001, 65% dos óbitos de crianças com menos de um ano. De acordo com os últimos dados disponíveis do Ministério da Saúde, em 2006, o número de nascidos vivos no território nacional foi de 2.944.928 e 48.332 destes morreram antes de completar um ano de vida, sendo o número de óbitos até seis dias de vida e de sete a 28 dias, respectivamente, 25.243 e 7.354. Em 2004, o coeficiente de mortalidade neonatal precoce foi de 10,86 por mil nascidos vivos e o de mortalidade neonatal tardia de 3,28 por mil. Para **diminuir as taxas de mortalidade neonatal** precoce propomos:

---

- a. Desenvolver esforços efetivos para permitir o **acesso universal da gestante a serviços qualificados de saúde**, que incluam, além da assistência adequada à mulher durante o período pré-natal, trabalho de parto e parto, o cuidado ao recém-nascido por profissionais treinados a manter e, se necessário, melhorar as suas condições vitais.
- b. Os problemas de saúde dos prematuros se intensificam quando as mães têm dificuldades econômicas e problemas sociais graves. Vamos abrir um **programa de auxílio social e financeiro às famílias em situação vulnerável com filhos prematuros**.
- c. Criar um programa público de locação de “bomba tira leite” para uso doméstico para que as mães possam alimentar seus filhos prematuros com leite materno enquanto esses estiverem hospitalizados.



### **Assistência ao idoso**

Precisamos nos preparar para responder às crescentes demandas da população que envelhece, garantindo condições de autonomia, integração e participação efetiva do idoso na sociedade, reafirmando o seu direito à vida, à saúde e à dignidade das pessoas deste segmento social que se encontram em situação de fragilidade e vulnerabilidade social. Somente na capital, 11,4 % da população tem acima de 60 anos. Ações direcionadas ao bem-estar das pessoas idosas são amparadas pelo marco da legislação vigente no qual se destacam: o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Portaria 2.528/2006). Ambos os instrumentos legais priorizam uma atenção contínua e eficaz para a saúde e o bem-estar da população idosa, requerendo diferentes níveis de intervenção dos serviços de saúde, adequados às distintas fases do envelhecimento, bem como os graus de incapacidades. Por isso entendemos que as ações devem estar baseadas na atenção integral, adequada, de qualidade, humanizada e oportuna à população idosa. Em nosso governo propomos:

- a. Transformar o Programa Acompanhante de Idosos (PAI), desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo desde 2004, em uma iniciativa de longo alcance no Estado. O PAI é uma modalidade de atendimento domiciliar atuante na capital, que fornece apoio e suporte nas Atividades de Vida Diária (AVD) e demais necessidades de saúde e sociais. As ações são desenvolvidas por uma equipe composta de um coordenador (assistente social), um médico, um enfermeiro, dois auxiliares de enfermagem,

um motorista, um auxiliar administrativo e 10 acompanhantes de idosos, num total de 17 profissionais por equipe. Nosso propósito é estendê-lo a todo o Estado mediante ampliação de equipes e agentes especializados do Programa Saúde da Família (PSF).



## 8) Fomentar um ambiente de negócios favorável ao empreendedorismo, à concorrência, à inserção internacional de São Paulo e implementar um sistema inovador de gestão no setor público com a adoção de metas e prazos tangíveis de execução.

### *Gestão por resultados*

Propomos a ampliação do sistema de gerenciamento por resultados no setor público com base nas seguintes ações:

- a. O desenho de um sistema de **avaliação das políticas públicas** que leve em conta em primeiro lugar a **satisfação dos usuários** com os serviços públicos.
- b. Estabelecer um sistema de pactuação de resultados que estabeleça por meio de indicadores e metas quais os resultados que serão entregues por cada órgão público.
- c. Introduzir a **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)** que será utilizada nas decisões sobre licenciamento. A Avaliação Ambiental Estratégica do Estado de São Paulo irá incorporar não só uma metodologia técnica adequada como contará com mecanismos de consulta aos *stakeholders*, segundo o modelo do Global Reporting Initiative. A AAE permitirá definir os procedimentos que devem ser incorporados às políticas públicas, aos planos e programas governamentais para **assegurar a integração efetiva dos aspectos físicos, bióticos, econômicos, sociais e políticos** no planejamento das intervenções públicas e privadas que tenham impacto socioambiental.
- d. Desenvolver um **sistema de gestão por resultados** que seja capaz de oferecer aos cidadãos parâmetros objetivos para a avaliação dos gestores públicos em diferentes níveis. Pretendemos assim implementar na

administração pública uma cultura voltada para resultados, estimulando, valorizando e destacando servidores, dirigentes e órgãos que cumpriram suas metas e atingiram os resultados previstos. Para tanto, uma Proposta de Emenda à Constituição será enviada à Assembleia Legislativa de modo a obrigar que todo governador eleito ou reeleito apresente em até 120 dias após sua posse um plano de metas quantitativas para os setores da administração, tais como saúde, transporte, meio ambiente, saneamento, segurança, educação etc. Ao final de cada ano deverá ser elaborado e amplamente publicado um relatório acerca das metas alcançadas. A proposta visa ampliar o conceito de “metas”, atualmente circunscrito apenas à responsabilidade fiscal.

**Plano OBRIGATÓRIO de metas GOVERNAMENTAIS quantitativas para os setores da administração, tais como saúde, transporte, meio ambiente, saneamento, segurança, educação etc**

- e. Criar a **Lei de Responsabilidade Ambiental** no Estado de São Paulo. O Governo de Estado junto com as prefeituras vai definir metas objetivas nas áreas de resíduo sólido, preservação de áreas verdes urbanas, criação de unidades de conservação, coleta e tratamento de esgoto e transporte sustentável. **Os municípios que atingirem as metas** nessas áreas terão **maior aporte do Fundo de Participação dos Municípios**.
- f. **Transparência e livre acesso à informação.** Mais do que abrir as informações sobre os gastos, é preciso dar transparência aos critérios para definição de prioridades de investimento e possibilitar à sociedade o acesso aos dados por meio de protocolos abertos.
- g. **Intolerância com a corrupção.** Promover ampla, contínua e irrestrita ação de combate à corrupção e mau uso dos recursos públicos em todos os níveis da administração. Recursos públicos devem ser tratados como recursos sagrados.

### **Uma Secretaria de Relações Internacionais para São Paulo**

Em um mundo crescentemente globalizado, o Estado de São Paulo precisa ter uma atitude ativa de buscar uma inserção internacional que garanta novas janelas de oportunidades, nos negócios, na política, na vida cultural e na área científica e tecnológica.

O mundo inteiro sentiu o impacto da crise de 2008 e isso afetou a inserção econômica do Brasil na economia global. Nesse processo o país se transformou em um grande exportador de commodities para a China, principalmente soja,





celulose, minérios e aço. No ano passado, efetivamente a China passou a ser o maior parceiro individual comercial do Brasil, em lugar dos Estados Unidos.

É claro que isso pode ser comemorado, talvez mais como um alívio por termos passado sem maiores consequências pela severa crise que afetou os Estados Unidos e a Europa, do que pela certeza de que essa parceria com a China nos poupará dos próximos abalos econômicos mundiais. Para os que vivem e trabalham no Estado de São Paulo, entretanto, não há muito que comemorar, pois a indústria do país está concentrada aqui e a opção pelo modelo exportador de matérias-primas não garante os empregos que hoje precisamos defender, nem a renovação da nossa economia em direção às novas fronteiras da economia criativa, de baixa intensidade de carbono e da biodiversidade. Por isso propomos:

- a. **Criar a Secretaria de Relação Internacionais.** São Paulo tem um peso econômico e interesses próprios no cenário internacional que justificam a criação de uma Secretaria Estadual de Relações Internacionais que possa atuar na defesa dos interesses do Estado e de seus setores produtivos no plano externo, que possa estabelecer acordos de cooperação e fomentar o intercâmbio científico e tecnológico com outros países e que contribua para aumentar a visibilidade internacional de São Paulo como o centro econômico e político do país.

### *Empreendedorismo de Alto Impacto*

SÃO PAULO PRECISA  
DESENVOLVER  
NOVOS MECANISMOS  
INSTITUCIONAIS  
DE FOMENTO AO  
EMPREENDEADORISMO DE  
ALTO IMPACTO

São Paulo precisa desenvolver novos mecanismos institucionais de fomento ao empreendedorismo de alto impacto. Até 20 anos atrás nossa economia era concentrada no Estado. Havia uma proliferação de empresas estatais, algumas empresas médias privadas e poucas grandes privadas e um insignificante número de empresas pequenas.

A geração de emprego dependia de obras do governo ou de projetos de grandes companhias. Poucas eram as empresas com ações na bolsa de valores. Vivíamos um ciclo vicioso em que não se abriam novas empresas, as médias não cresciam e as grandes constantemente morriam.

Hoje temos cerca de 6 milhões de micro e pequenas empresas que geram 55 % dos postos de trabalho no país. O FGTS registra cerca de 3 milhões de empresas

contribuintes. É possível reconhecer que progredimos para um ambiente na sociedade muito favorável ao empreendedorismo. Entendemos o empreendedorismo como um recurso fundamental para o país, pois ele está na base da inovação e pode ser capaz de forjar novas indústrias, baseadas no conhecimento, em áreas como energia, biotecnologia e informática.

Casos mais recentes de empreendimentos de impacto como Apple, Facebook, Google mostram que nos serviços ou na manufatura é possível criar novos produtos fruto de inovações ou que funcionam como vetores de disseminação de inovações, gerando milhões de empregos. Nos últimos 30 anos, nos Estados Unidos, todo o crescimento líquido de empregos foi realizado por empresas do tipo *start-ups*, companhias com até um ano de vida. Por isso propomos:

**CENTROS DE  
ACONSELHAMENTO  
E SUORTE A  
EMPREENDEDORES**

- a. Ampliar e melhor capacitar os centros de aconselhamento e suporte a empreendedores (Sebrae) no Estado, focalizando suas atividades nas atividades com potencial de ter um **alto impacto em termos de inovação e geração de empregos**.
- b. Estabelecimento de uma **plataforma de serviços de apoio a empreendedores**. Formação de uma rede de instituições que ofereçam condições para a **criação e desenvolvimento de novos negócios de forma protegida**, sobretudo nos primeiros anos de vida dos empreendimentos (incubadoras de empresas). Adotaremos também o modelo chileno e financiaremos serviços para *start-ups* como estudos de mercado, proteção de propriedade intelectual e desenvolvimento de produto. Engajaremos fortemente o Nossa Caixa Desenvolvimento nessa iniciativa.
- c. O capital de risco é o que transforma a ideia em inovação; para isso precisamos garantir o apoio para o desenvolvimento de uma indústria de *venture capital* no Estado com a criação de um fundo específico para esse fim a ser gerido por meio de uma Parceria Público-Privado. Israel é um bom exemplo do fomento de uma indústria de VC iniciado pelo Estado e hoje totalmente operado pelo setor privado. O grande número de inovações surgidas nessas empresas contribuiu para atrair *venture capital* internacional para financiar as empresas nascentes no país. O resultado mais claro dessa política é que existem hoje 60 empresas israelenses listadas na Nasdaq, só atrás dos Estados Unidos com 2540 e da China com 122, o Brasil tem apenas uma. Precisamos ser **mais agressivos** para criarmos essa **indústria que por si só fomenta inovações criando incentivos para a pesquisa**.



## Defesa da Concorrência

O Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990) estabeleceu como um dos princípios da Política Nacional das Relações de Consumo a proteção do consumidor a partir da defesa da livre concorrência (art. 4º, III). A Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon, por sua vez, deve atuar na proteção e defesa do consumidor atendendo as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional e, portanto, também por meio da defesa da livre concorrência. O Procon, como entidade integrante do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) deve encaminhar denúncias e sugestões ao Departamento Nacional de Defesa do Consumidor (vinculado à Secretaria Nacional de Direito Econômico) visando salvaguardar os interesses do consumidor frente à concentração de mercado. A Política Nacional das Relações de Consumo também preconiza a compatibilização da proteção do consumidor com a defesa do meio ambiente (art. 4º, III do Código de Defesa do Consumidor e art. 170, VI da Constituição Federal).

No Estado de São Paulo um exemplo concreto de prática anticoncorrencial é a suposta formação de cartel por parte dos fabricantes de suco de laranja, que controlariam a compra de centenas de pequenos, médios e grandes produtores. O Estado de São Paulo é o maior produtor de suco de laranja do mundo, e certamente práticas anticoncorrenciais afetam não só os produtores, mas também os consumidores. A questão da defesa da concorrência e do consumidor foi discutida no encontro realizado, em agosto deste ano, entre o candidato Fabio Feldmann e o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Cesário Ramalho da Silva. Por isso, propomos:

- 
- I. Fortalecer o Procon, que há tempos é reconhecido pelo importante trabalho desenvolvido na defesa do consumidor. O Procon também irá atuar tendo em vista a defesa da livre concorrência pois, como vimos, práticas anticoncorrenciais refletem em abusos ao consumidor tais como serviços prestados pelos Estados, inadequada e insatisfatoriamente, e formação de preços abusivos. Não menos importante, o **Procon deve exercer um papel protagonista** na direção de avançarmos na **oferta de produtos e serviços com menor impacto ambiental** tanto em sua etapa de produção como no consumo (por exemplo, produtos com maior eficiência energética, menor consumo de água, menos poluentes etc.).
-

### *Certificação e licitação sustentável*

O Estado é um grande comprador de produtos e serviços dos mais diversos possíveis: da compra de madeira para a construção civil e mobiliário até a contratação de empresas responsáveis pela construção de hospitais e portos. Segundo dados da Secretaria da Fazenda, as despesas em 2009 somaram mais de R\$ 100 bilhões. Este dado mostra que **o poder de compra do Estado pode influenciar** toda a cadeia de produtos e serviços oferecidos pelas empresas de São Paulo e do Brasil. Vamos definir **critérios de sustentabilidade** que junto com os demais critérios já existentes em licitações como de melhor preço e melhor técnica vão sinalizar para as empresas que atuam no Estado a importância de se respeitar a certificação ambiental e social de serviços e produtos. O sistema de certificados por instituições garante aos consumidores que os produtos consumidos são ecologicamente corretos e socialmente justos. Assim, as licitações e contratos da Administração Pública de todo o Estado de São Paulo para aquisição de bens e serviços podem incluir requisitos como menor uso de água, menor emissão de gases de efeito estufa, menor emissão de poluentes, menor consumo energético, certificação de origem dos produtos florestais, produtos reciclados e recicláveis, tratamento justo a pequenos produtores etc.

Cada vez mais esse tipo de certificação tem sido utilizada como um critério de abertura de mercados para produtores e produtos que muitas vezes eram marginalizados por intermediários e também como um canal de comunicação eficiente entre produtores e consumidores. Produtos certificados são muitas vezes mais valorizados no mercado internacional, sobretudo nos mercados mais exigentes da Europa e América do Norte. A **importância econômica do sistema de certificação** de produtos como madeiras, café, couro, cacau, vinho entre outros, não pode ser mais negligenciada. Existem estudos que mostram que os produtores e setores que mais avançaram na certificação são também os que conseguem pagar os melhores salários para seus funcionários e que estão mais bem posicionados junto aos consumidores nos seus respectivos mercados. Isto ocorre porque a certificação ajuda a corrigir as imperfeições dos mercados que são produzidas pela falta de informações dos consumidores. Um sistema eficiente e claro de certificação pode transformar um produto orgânico mais caro em um produto competitivo, porque o consumidor pode preferir pagar mais pelo risco menor à saúde no longo prazo. Há exemplos de como a certificação está avançando no Brasil: o Ministério do Meio Ambiente assinou

O Estado, pelo seu poder de compra, pode ser o grande indutor do desenvolvimento de toda uma cadeia de produtos e serviços certificados e sustentáveis.

no ano passado o projeto de Certificação de Produção Responsável na Cadeia Bovina juntamente com a Associação Brasileira de Supermercados. Trata-se de uma iniciativa que permitirá ao consumidor ter informações para optar por produtos que não sejam provenientes de áreas degradadas. No caso da madeira a experiência é mais antiga. O FSC (Forest Stewardship Council, ou Conselho de Manejo Florestal) é hoje o selo verde mais reconhecido em todo o mundo. Atualmente, os negócios com produtos certificados geram negócios da ordem de 5 bilhões de dólares por ano em todo o globo. O Estado, pelo seu poder de compra, pode ser o grande indutor do desenvolvimento de toda uma cadeia de produtos e serviços certificados e sustentáveis. Como proposta, defendemos:

- m.** A adoção de critérios de desempenho ambiental nas aquisições e contratações da Administração Pública, sem deixar de garantir que o produto ou serviço possa ser oferecido por vários licitantes e que os critérios de desempenho ambiental não acarretem despesas adicionais à Administração.



## DIRETRIZES PARA PROGRAMA DE GOVERNO DA CANDIDATURA DE FABIO FELDMANN PARA O ESTADO DE SÃO PAULO

### EQUIPE DE COORDENAÇÃO DE CONTEÚDO

- Fabio Feldmann
- Leandro Piquet Carneiro
- Gabriela Piquet Carneiro
- Bianka Van Hoegaerden
- Marcelo Gomes Sodré
- Marcelo Takaoka
- Mary Zaidan
- Eduardo Jorge
- Eduardo Ehlers
- Lucas Baruzzi
- Oswaldo Francisco Rosseto Jr.
- Oswaldo Lucon
- Jorge Eluf
- Carlos Sanseverino

Adriana Villela

Gabriel Mariano Picca

George Guilherme Feldmann Brummer

Leandro Menezes

Mara Prado

Marco Antonio Mroz

Maria Estela Duva

Maristela Bernardo

Marina Schurr

Maurício Brusadin

Rogério Menezes

Vera Severo

*Agradecemos ao jornalista Marcio Simões e Daniela Rocha pelas entrevistas realizadas e a todos aqueles que colaboraram com a elaboração deste documento. Suas sugestões foram certamente muito importantes para todo o processo.*

### COLABORADORES

Adolfo Menezes Melito  
Adriana Mattoso  
Adriana Reis  
Alexandre Youssef  
Alfred Szwarc  
Ana Lucia Goulart  
André Urani  
André Zanardo  
Antônio Augusto Faria  
Antônio Nápolo  
Araci Musolino  
Bruno Brito  
Bruno Pagnoccheschi  
Carlos Augusto Calil  
Carlos Nobre  
Carlos R. V. Silva Filho  
Clóvis Panzarini  
Clovis Ricardo Schrappe Borges  
Cybele da Silva  
Demostenes Silva  
Denise Maranhão  
Drauzio Gragnani  
Eduardo Ronbauer  
Eduardo Tude  
Eduardo Vasconcelos  
Elisa Maria Silva  
Emanuel Nunes de Oliveira  
Fabiano Lima de Oliveira  
Fabio Bibancos  
Fernanda Bandeira de Mello  
Fernando Tabet  
Francisco Coelho  
Gastão Crocco  
Gilvan Sampaio de Oliveira  
Hélio Mattar  
Igor Leone  
José Flávio de Oliveira  
Prof. Jose Goldemberg  
José Pedro de Oliveira Costa  
Juliana Vieira Santos  
Laura Valente de Macedo

Laércio Benko  
Liliana Takaoka  
Lu Fernandes  
Luiz Roberto Numa de Oliveira  
Marcela Moraes  
Marcelo Furtado  
Marcos Jank  
Marcus Frank  
Maria Alice Setúbal  
Maria Herminia Tavares de Almeida  
Maria Stella Gregori  
Mariana Junqueira  
Marina Cardoso  
Mirella Crespi  
Mona Dorf  
Natália Hummel  
Neusa Marcondes  
Oliver Stuenkel  
Prof Orestes Marraccini Gonçalves  
Oscar de Moraes Cordeiro Netto  
Oswaldo Lucon  
Paulo Moraes  
Paulo Prado  
Paulo Roberto Feldmann  
Paulo Saldiva  
Roberta Simonetti  
Roberto Smeraldi  
Rodrigo Mesquita  
Rogério Menezes  
Rosa Maria Mancini  
Rubens Pazza  
Sérgio Storch  
Silvio Genesini  
Viviane Buchienare  
Volf Steinbaum  
Waldir Braga  
Walter Senise  
Walter Tesch  
Prof. Wanderley John  
Wilson Honda

*Os especialistas citados colaboraram com entrevistas, encaminhamento de propostas, críticas e sugestões. A citação de seus nomes não implica a concordância com as diretrizes de nosso plano de governo, ou o apoio explícito à candidatura de Fabio Feldmann e ao Partido Verde.*



## QUEM É FABIO FELDMANN



Fabio Feldmann, 55, é pai de Benjamin, Fernanda e Paula, advogado e administrador de empresas, vem atuando na área de meio ambiente e desenvolvimento sustentável desde os anos 70, como militante, parlamentar, secretário de estado e, atualmente, consultor.

Militante do movimento ambientalista, foi fundador de diversas entidades não-governamentais. Em 1986, foi o primeiro parlamentar brasileiro eleito a defender o meio ambiente. Foi o articulador da “frente verde parlamentar” e responsável pela criação do capítulo dedicado ao meio ambiente, considerado uma das legislações ambientais mais avançadas do mundo. Participou da criação da Fundação S.O.S. Mata Atlântica, da qual foi o primeiro presidente, e da Associação de Defesa da Juréia. Ao longo dos últimos 30 anos, foi membro do conselho de diversas ONGs, nacionais e internacionais, dentre elas a Amigos da Terra, TNC – The Nature Conservancy, Ecological Footprint, GRI – Global Reporting Initiative e Greenpeace International, entre outras. Além disso, foi do conselho editorial de revistas como a Horizonte Geográfico .

Deputado federal eleito para três mandatos (1987-1990, 1991-1994, 1995-1998), um de seus principais projetos de lei, aprovado em 1993, trata da redução de emissão de poluentes por veículos automotores. Além desse, outros projetos aprovados incluem a Lei da Mata Atlântica, aprovada em 2006 depois de 14 anos em tramitação, a Política Nacional de Educação Ambiental, de 1999 e a Lei de Acesso Público à Informação, aprovada em 2003. Foi relator da Convenção sobre Biodiversidade e de importantes projetos de lei como a Lei Antitruste, de 1994, e a Política Nacional de Recursos Hídricos, aprovada em 1997. Foi presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Minorias e Meio Ambiente na Câmara. Atuou ainda como relator adjunto da revisão constitucional para as matérias relativas ao meio ambiente, defesa do consumidor, minorias e abuso do poder econômico.



Recebeu o Prêmio Global 500 das Nações Unidas em 1990, em reconhecimento a sua luta em favor do meio ambiente. Foi o criador, junto com outros advogados, da Sub-Comissão do Meio Ambiente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP, a primeira do Brasil.

Como secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, modernizou a agenda do governo, dando prioridade à implantação da Agenda 21 e introduzindo temas atuais como: Apoio às Organizações Não-Governamentais, Consumidor e Meio Ambiente; Controle Ambiental; Gestão Ambiental Descentralizada; Mudanças Climáticas Globais; Prevenção à Redução da Camada de Ozônio; Conservação da Biodiversidade; Recursos Hídricos; Resíduos Sólidos e Educação Ambiental. Teve, então, a oportunidade de colocar em prática as suas idéias.

Estabeleceu o Programa de Restrição à Circulação de Veículos ou Operação Rodízio que, de 1995 a 1998, retirou de circulação 20% da frota da Região Metropolitana de São Paulo para prevenir episódios críticos de poluição do ar. Propôs uma nova lei estadual de Política de Proteção aos Mananciais, aprovada em 1997. Mudou os critérios de avaliação da qualidade de águas no litoral. Em sua gestão foram implantados 15 dos 20 Comitês de Bacias no estado de São Paulo. Liderou o processo de elaboração de importantes políticas para o Estado de São Paulo: Transporte Sustentável, Sistema de Unidades de Conservação, Política de Resíduos Sólidos, o que permitiu ao Estado de São Paulo ser o primeiro a ter um inventário dos pontos de destinação do lixo em cada município, atualizado anualmente.

Em 1997, esteve presente como membro da delegação brasileira na Conferência de Kyoto, ocasião em que foi assinado o Protocolo de Kyoto de redução de emissão de gases de efeito estufa, tão discutido até hoje. Desde então tem acompanhado a delegação brasileira em todas as reuniões do tema e, em 2002, se tornou o Assessor Especial da Presidência para assuntos relacionados às mudanças climáticas, sendo o representante pessoal do então Presidente Fernando Henrique Cardoso na Rio+10 em Johannesburgo. Relacionado ainda



a este tema, ajudou a criar o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, do qual foi o primeiro secretário executivo e, mais tarde, em 2005, colaborou na criação do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas Globais e Biodiversidade, assumindo também sua secretaria executiva até 2010, ano em que pediu exoneração. Além disso, colaborou na criação de diversos fóruns estaduais, como o capixaba, o baiano e o amazonense, por exemplo.

Como secretário executivo do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas Globais e Biodiversidade, foi um dos principais responsáveis pela elaboração e articulação da Política Estadual do Clima, que institui uma redução de 20% nas emissões de São Paulo até 2020 e serve de modelo e incentivo a outros estados que queiram também atuar mais fortemente nesta área. Atuou também na elaboração da Política Nacional de Mudanças Climáticas, sancionada pelo Presidente Lula em dezembro do ano passado.

Ao longo dos últimos anos, Fabio Feldmann tem atuado como consultor em temas relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade e participa de inúmeros seminários e conferências sobre os temas, tanto no Brasil como fora do País. É membro do Climate Change Advisory Board, do Deutsche Bank, do conselho consultivo do Fundo Itaú Ecomudanças e do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável (CBCS), dentre outros. Em 2009, se tornou o curador da primeira biblioteca especializada em meio ambiente da prefeitura, a Biblioteca temática sobre Meio Ambiente Raul Bopp, localizada no Parque da Aclimação.

Fabio Feldmann foi um dos principais articuladores do movimento da sociedade civil contra a comercialização do diesel sujo pela Petrobrás, conseguindo importante vitória junto ao Conar e à Bovespa, no sentido de pressionar a estatal brasileira a cumprir a lei. Como resultado de seu trabalho e dedicação, Fabio Feldmann se tornou uma referência de honestidade e comprometimento com valores éticos e morais. Seu amor à causa ambiental e do desenvolvimento sustentável o tornaram referência mundial no tema.



São Paulo, setembro de 2010 – Ano Internacional da Biodiversidade

[www.ffgovernador.com.br](http://www.ffgovernador.com.br)



## PARTIDO VERDE

Executiva Estadual do PV

Presidência: Maurício Brusadin

1º Vice-presidência: Marcos Belizário

2º Vice-presidência: Vera Lúcia da Motta

Secretaria de Organização: Alexandre Bissoli

Secretaria de Comunicação: Mara Prado

Secretaria de Formação: Rogério Menezes de Mello

Secretaria de Finanças: Regina Gonçalves

Secretaria de Assuntos Jurídicos: Laércio Benko Lopes

Secretaria da Juventude: Murilo Gaspardo

Secretaria da Mulher: Edna Martins

Secretaria de Planej. Estratégico Eleitoral: Osvaldo Ceoldo

Secretaria de Coord. Política do Poder Executivo: Clóvis Volpi

Secretaria de Assuntos Parlamentares: Marco Antonio Mroz

Secretaria das Coordenações Regionais: Arnaldo Juste

Secretaria Esp. de Elabor. de Políticas Públicas: Walter Tesch

Secretaria de Gestão Ambiental: Carlos Marx

Secretaria de Combate à Discriminação: Edson R. dos Santos

Ouvidoria: Fernanda Bandeira de Mello



## PV eleições 2010.43

Presidente – Marina Silva

Vice - Guilherme Leal

Senador - Ricardo Young

Governador – Fabio Feldmann

Vice – Rogério Menezes

CNPJ : 06.342.420/0001-32 – 5.000 – 12.167.781/0001-92

Tiragem: 5.000 unidades